



MUNICÍPIO DE SOURE
CÂMARA MUNICIPAL

*23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015*

ATA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Pedido de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do
Interesse Municipal na Regularização da Atividade Económica, ao abrigo do
DL 165/2014, de 5 de setembro
- Joaquim Neves André

Ponto 4. Apreciação da Proposta de Ata de 29.10.2015

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
- . JARDIM DE INFÂNCIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
- Homologação do Auto de Receção Provisória

Ponto 6. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

- . AQUISIÇÃO DE VIATURAS
- . Nova Viatura de 17 Lugares
- Adjudicação

Ponto 7. **CULTURA** – BIBLIOTECA MUNICIPAL

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO
- Substituição de Caixilharia

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

. Homologação do Auto de Receção Provisória

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL NA FREGUESIA DE SOURE

. Campo de Futebol de Soure

- Adjudicação

Ponto 9. AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL

- HABITAÇÃO SOCIAL//APOIO AO ARRENDAMENTO

9.1. N.º Processo: 13/2015 - APA

9.2. N.º Processo: 14/2015 - APA

Ponto 10. AÇÃO SOCIAL

. COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO - C.P.C.J.

- Designação/Eleição de Representante

Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

. RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE

. Associação de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços - Prolongamento da Rede de Iluminação Pública

- Homologação do Auto de Receção Definitiva

Ponto 12. HABITAÇÃO E URBANISMO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

. Infraestruturas Elétricas da Zona à Nova Escola Secundária

- Homologação do Auto de Receção Definitiva

Ponto 13. HABITAÇÃO E URBANISMO

. CONSERVAÇÃO/REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO PAÇOS DO CONCELHO

- Balcão “Espaço do Cidadão”

13.1. Escolha de Procedimento Prévio

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

13.2. Adjudicação

Ponto 14. **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO**

- . Regulamento de Incentivos à Conservação de Fachadas de Imóveis na Zona Histórica de Soure

Ponto 15. **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO**

- . Regulamento de Elaboração de um Concurso de Arquitetura da Casa do Moinho

Ponto 16. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

- . CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE CASAL DOS BACELOS/PORTO GODINHO
 - Homologação do Auto de Receção Definitiva

Ponto 17. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS**

- . PROLONGAMENTO DE COLETORES
 - Homologação do Auto de Receção Definitiva

Ponto 18. **PROTEÇÃO CIVIL**

- . Regulamento Municipal do Uso de Fogo e de Limpeza de Terrenos

Ponto 19. **ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

- . ÁGUA - CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Prolongamento de Tubagem entre o Vale Centeio e o Pombalinho
 - Homologação do Auto de Receção Provisória

Ponto 20. **ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . REPARAÇÃO/IMPERMEABILIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS
- . Reservatório Elevado do Formigal

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

- Adjudicação

Ponto 21. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

. FATACIS 2015

- Relatório da Associação Empresarial Soure (AES)

Ponto 22. RECURSOS HUMANOS

. Estágios

. Curso Curricular - Técnico de Multimédia

- Agrupamento de Escolas Martinho Árias – Soure

Ponto 23. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (P.A.E.L.) - (PROGRAMA II)

- Acompanhamento Trimestral

Ponto 24. EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

- Projetos Escolares/Outros Apoios

Ponto 25. AÇÃO SOCIAL

- PROGRAMA ESCOLHAS - 6.ª GERAÇÃO

25.1. Candidaturas - Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

. Projeto “Desafiar o Futuro”

25.2. Candidaturas - Agrupamento de Escolas

. Projeto “Novos Futuros - E6G”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Estiveram ausentes na reunião, por motivo justificado, as Senhoras Vereadoras Dra. Nádía Gouveia e Dra. Márcia Travassos.

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “gostaria de abordar três assuntos. O primeiro tem a ver com a nova avaliação que é feita no âmbito da iniciativa Transparência Municipal, onde a Câmara Municipal de Soure continua a ocupar um lugar que nos deixa preocupados. Na avaliação geral ocupamos o lugar número 264, o que quer dizer que estamos na parte final da tabela, numa situação que é constrangedora o que, naturalmente, nos deixa muito preocupados. Essa preocupação advém ainda de que, quando abordámos este relatório no ano passado, ter perpassado por todos nós a preocupação de que, rapidamente, o nosso Concelho devia sair do lugar inglório em que nos encontrávamos. O que é facto é que no relatório que avalia planos, relações com a sociedade, informação económica e financeira e outros, o Concelho de Soure é, em termos nacionais, visto como um dos menos transparentes. Feita a contabilidade distrital somos o terceiro a contar do fim, ou seja, só dois Concelhos é que são menos transparentes do que nós, pelos vistos, Tábua e Pampilhosa da Serra. Manifestamente isto é um ranking que a todos nos envergonha e preocupa e que exige da sua parte, senhor Presidente, uma explicação.

Segundo assunto: repetidamente tenho falado no caso pontual e concreto do transporte das crianças para o Jardim de Infância do Marco. O Senhor Presidente deu nota de que rapidamente ia resolver a situação e nos iria colocar a par das démarches que iria levar a cabo. O que é facto é que nenhuma destas opções se concretizou. Tive acesso, porque me foi facultada, à carta que as encarregadas de educação vieram entregar ao Senhor Presidente e há lá situações que me custam a compreender. Não dão mesmo para acreditar. Trata-se de três crianças que, conforme se lembrarão, a carrinha não as vai buscar nem à sua residência, nem à casa dos avós. São essas três crianças que não têm essa possibilidade porque todas as outras têm. Dá-se o caso de uma delas ter o seu local de embarque e desembarque noutro Concelho. Estas três, infelizmente, não têm essas possibilidades. Mais irónico do que as circunstâncias e situações que vos descrevi é que uma destas famílias tem uma criança no Centro Escolar de Samuel, portanto, não transportável na residência dos seus pais ou dos seus avós e tem que a levar à

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

paragem do autocarro, mas essa mesma família, dizia eu, tem outra criança que está no 3.º ano de ensino básico e a carrinha vai buscá-la a casa. O estranho é isto: essa família tem que ir levar um filho à paragem do autocarro às 8,45horas e depois tem que ir a correr para casa para receber o autocarro às 9,15horas para transportar o outro filho. Ao fim do dia é exatamente a mesma situação, tem que ir buscar um filho à paragem do autocarro e ir a correr para casa para receber o outro filho. Isto parece-me algo difícil de explicar e aquilo que pedia ao Senhor Presidente é que, de uma vez por todas, resolva esta situação, que tem contornos duvidosos. Naturalmente que pode haver uma explicação, mas as pessoas não entendem, eu não entendo e, pior que isso, é que o Senhor Presidente não responde. Não parece que este seja um comportamento correto e aquilo que lhe peço é que não só responda às pessoas, aos encarregados de educação mas que nos diga a nós aquilo que ficou de dizer e ainda não disse. Este assunto vem desde o dia 22 de setembro e as pessoas ainda não têm uma resposta.

Terceiro e último assunto. Na Quinta de Santa Cruz estão placas, de alguma dimensão, para as pessoas terem cuidado e circularem com precaução devido às obras. Como sabem, passo lá sempre quando vou para minha casa e ainda não vi as obras, portanto, estas placas já lá estão, porventura, há dois ou três meses, e as pessoas continuam a passar lá e ainda não viram as obras. Isto não é ironia, é um facto, trata-se de uma estrada onde passam muitos automóveis, camiões, e, naturalmente, as pessoas questionam-se a que propósito é que a Câmara Municipal coloca uma placa a dizer que vai fazer obras e depois, passados três meses, as obras ainda não começaram. Acho que era de bom senso que a placa fosse colocada em tempo que permita que a Câmara Municipal cumpra também em termos da mensagem que transmite. Se coloca uma placa a dizer que as obras vão começar faz as obras, se não tem pensado fazer as obras não coloca a placa.”

O Senhor Presidente referiu que: “sobre o índice de transparência municipal que foi apresentado na passada sexta-feira, passamos do lugar 300 para o 264, subimos 36 lugares. A nossa imagem, no ranking, vale o que vale. Esta equipa de avaliação tem a sua forma de trabalhar, que honestamente desvalorizámos enquanto conteúdo científico. Nós, este ano, analisámos melhor aquilo que estava em causa. Não quer dizer que não nos preocupa, tanto preocupa que temos uma estratégia para melhorar essa imagem. Foi feita uma adjudicação para uma nova página na internet, mas não está ainda concretizada. Este indicador desta associação que faz esta análise incide única e exclusivamente sobre a página da internet do Município. Na nossa página, de internet entendemos melhorar alguma coisa, estamos a trabalhar numa

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

nova página, mas o trabalho que está a ser desenvolvido ainda não nos agrada. Na nova página de internet deverão surgir ações integradas na nossa reforma administrativa e na nossa melhoria de servir o público. Por isso, nem me preocupei qual era o ranking distrital, é um trabalho que vamos continuar a desenvolver. Sobre a transparência do Município, a minha consciência está tranquila porque tudo aquilo que tem relevo para o dia-a-dia da Câmara Municipal, em concreto, mais transparente é difícil. Porventura, falta lá a Declaração de Rendimentos dos membros do Executivo, mas, com certeza, estão no Tribunal Constitucional. O vencimento do Presidente da Câmara e as despesas de representação são aquelas que a lei estipula, portanto, são fáceis de ver e de quantificar.

Qualquer munícipe que queira consultar e saber sobre qualquer tipo de contratos da Câmara Municipal, basta ir às deliberações de Câmara, estão lá as adjudicações, as empreitadas, as minutas dos contratos. Não temos planos de urbanização em curso, só alterações a loteamentos, que passaram a estar afixados junto às deliberações de Câmara. Estou de consciência perfeitamente tranquila, sendo que, como em tudo aquilo que nós fazemos, o objetivo é sempre melhorar e contribuir para uma Administração Pública mais transparente e que os cidadãos, ao abrigo das novas tecnologias, interajam mais com os decisores.

Quanto ao ponto que voltou a trazer ao Período Antes da Ordem do Dia ainda não tenho solução. Não foi até hoje possível chegar a acordo com a IPSS local para que se resolva este problema na globalidade, terá havido solução para um ou dois casos, mas há um que não tem solução. Estamos a tentar minimizar o problema, sendo que quando, no meu entender, achar que a resolução do problema ultrapasse as minhas competências para a solução do mesmo, trarei o assunto à reunião de Câmara.

Quanto à estrada da Quinta de Santa Cruz, está com algumas deficiências, vai-se circulando, mas é uma estrada que tem suportado uma enorme carga para a qual não foi preparada, refiro-me aos veículos pesados de mercadorias. Está lá a placa porque é nossa intenção, e estava programado com os serviços técnicos, fazermos algumas intervenções saneando alguns pontos, mas, entretanto, houve necessidade de também nos direcionarmos para a estrada 342. A estrada 342 está a ser intervencionada, noutros pontos, pelas infraestruturas das Estradas de Portugal, nomeadamente no troço do distrito de Leiria até à entrada do Concelho de Soure. Inclusive vai ficar interrompida ao trânsito a veículos superiores a vinte toneladas na ponte sobre o Rio Pranto, entre a localidade do Casal da Rola e Louriçal, uma obra de 300.000,00 euros numa nova ponte. A minha estratégia na gestão deste assunto é adiar-se a intervenção na estrada da Quinta de Santa Cruz, porque haverá trânsito

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

pesado que irá ser deslocado para aquela via e, por isso, estamos a começar a intervir na estrada 342 e depois retomaremos a ligação da Quinta de Santa Cruz. Havia aqui a possibilidade de ser entendido como publicidade enganosa, não é disso que se trata, mas sim de uma intervenção que foi adiada por condições provenientes desta decisão.”

Foram dadas várias informações e prestados diversos esclarecimentos. -----

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares**

Foi presente a seguinte listagem:

**Município de Soure
Requerimentos para Reunião**

De 23-11-2015 a 14-12-2015

14-12-2015

Class.: 01
Ano: 2015
Número: 480
Dt. Entrada Reqt.: 31-08-2015
Processo : 01/2015/24/0
Requerente: António Manuel da Cruz Ribeiro Tomas
Tp. Pedido: Novos elementos
Tp. Construção: Nova construção
Tp. Utilização: Habitação e Muros
Tipo Informação: Aprovo arquitetura [Despacho]
Data reunião: 26-11-2015
Local Obra: Pinheiro
Informação: Deferido o pedido de aprovação do projeto de arquitetura
Freguesia: Soure

Class.: 01
Ano: 2015
Número: 611
Dt. Entrada Reqt.: 23-10-2015
Processo : 01/2015/33/0
Requerente: Carla Sofia Mota Ascenso
Tp. Pedido: Novos elementos
Tp. Construção: Nova construção
Tp. Utilização: Habitação e Muros
Tipo Informação: Aprovo Arquitetura [Despacho]
Data reunião: 26-11-2015
Local Obra: Alencarce de Baixo
Informação: Deferido o pedido de aprovação do projeto de arquitetura nos termos da informação técnica.
Freguesia: Soure

Class.: 01
Ano: 2015
Número: 638
Dt. Entrada Reqt.: 06-11-2015

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Processo : 01/2015/5/0
Requerente: Pedro Manuel Madeira Ferreira Gonçalves
Tp. Pedido: Novos elementos
Tp. Construção: Reconstruções
Tp. Utilização: Habitação e Comércio
Tipo Informação: Aprovo Especialidades [Despacho]
Data reunião: 02-12-2015
Local Obra: Fonte da Relva
Informação: Deferido o pedido de licenciamento nos termos da informação técnica.
Freguesia: Soure

Class.: 01
Ano: 2015
Número: 632
Dt. Entrada Reqt.: 03-11-2015
Processo : 01/2015/20/0
Requerente: Fernando Oliveira Costa
Tp. Pedido: Novos elementos
Tp. Construção: Legalização
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Aprovo Arquitetura [Despacho]
Data reunião: 02-12-2015
Local Obra: Torre Sobral
Informação: Deferido o pedido de aprovação do projeto de arquitetura nos termos da informação técnica.
Freguesia: Soure

Class.: 01
Ano: 2015
Número: 644
Dt. Entrada Reqt.: 10-11-2015
Processo : 01/2015/32/0
Requerente: José Gariso Gaspar
Tp. Pedido: Projetos de Especialidades
Tp. Construção: Nova Construção
Tp. Utilização: Muro
Tipo Informação: Aprovo Especialidades [Despacho]
Data reunião: 02-12-2015
Local Obra: Gesteira
Informação: Deferido o pedido de licenciamento.
Freguesia: Gesteira e Brunhós

Class.: 01
Ano: 2015
Número: 608
Dt. Entrada Reqt.: 22-10-2015
Processo : 01/2015/34/0
Requerente: Bruno Filipe Salazar Vicente
Tp. Pedido: Novos Elementos
Tp. Construção: Nova Construção
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Aprovo Arquitetura [Despacho]
Data reunião: 02-12-2015
Local Obra: Carvalhal Tapéus
Informação: Deferido o pedido de aprovação do projeto de arquitetura nos termos da informação técnica.
Freguesia: Tapéus

Class.: 01
Ano: 2015
Número: 623
Dt. Entrada Reqt.: 30-10-2015
Processo : 01/2015/43/0
Requerente: Aldeia de Cima- Investimentos Imobiliários Lda

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Tp. Pedido: Projeto de Arquitetura
Tp. Construção: Legalização
Tp. Utilização: Turismo Aldeia
Tipo Informação: Aprovo Arquitetura [Despacho]
Data reunião: 02-12-2015
Local Obra: Rua Principal
Informação: Deferido o pedido de aprovação do projeto de arquitetura.
Freguesia: Degracias e Pombalinho

Class.: 01
Ano: 2015
Número: 627
Dt. Entrada Reqt.: 02-11-2015
Processo : 01/2015/7/0
Requerente: Daniel Batista
Tp. Pedido: Novos Elementos
Tp. Construção: Alteração
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Aprovo Arquitetura [Despacho]
Data reunião: 02-12-2015
Local Obra: Baixos
Informação: Deferido o pedido de aprovação do projeto de arquitetura.
Freguesia: Tapéus

Class.: 01
Ano: 2015
Número: 637
Dt. Entrada Reqt.: 06-11-2015
Processo : 01/2015/40/0
Requerente: Max José Contente dos Santos
Tp. Pedido: Novos Elementos
Tp. Construção: Nova Construção
Tp. Utilização: Habitação
Tipo Informação: Aprovo Arquitetura [Despacho]
Data reunião: 04-12-2015
Local Obra: Marzagão
Informação: Deferido o pedido de aprovação do projeto de arquitetura.
Freguesia: Soure

Total: 9

Foi tomado conhecimento, divulgue-se e afixe-se no átrio dos Paços do Concelho. ----

**Ponto 3. Pedido de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Municipal na Regularização da Atividade Económica, ao abrigo do DL 165/2014, de 5 de setembro
- Joaquim Neves André**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto : Pedido de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Municipal na Regularização da Atividade Económica, ao abrigo do DL 165/2014, de 5 de setembro
Requerente : Joaquim Neves André**

O Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com caráter extraordinário o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos ou Explorações de Atividades Industriais,

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Exploração de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor, que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Nos termos do artigo 2º do referido diploma apenas são considerados os estabelecimentos ou explorações existentes que, tenham desenvolvido atividade por um período mínimo de dois anos, e que se encontrem à data de 2 de janeiro de 2015, numa das seguintes situações:

- a) Em atividade ou cuja atividade tenha sido suspensa há menos de um ano;
- b) Cujas laborações se encontrem suspensas por autorização da entidade licenciadora, por um período máximo de três anos;

O diploma entrou em vigor a 2 de janeiro de 2015, sendo que os pedidos de regularização devem ser apresentados junto da entidade coordenadora, no prazo de um ano a contar da entrada em vigor do diploma, ou seja, até 2 de janeiro de 2016.

Nas situações de incompatibilidade com os Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM), o pedido de regularização deve ser instruído com uma certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

O pedido de regularização é sujeito a uma conferência decisória com participação das entidades que se devem pronunciar, designadamente a Câmara Municipal e a CCDRC, quando existe desconformidade com o PDM.

Caso a deliberação final da conferência decisória seja favorável, a Câmara deve promover a alteração do PDM.

O nº 3 do artigo 1º do diploma elenca as situações em que se aplica o regime nele previsto:

- a) Às atividades industriais, nos termos do nº 3 do artigo 1º do Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo DL 169/2012, de 1/08 e alterado pelo DL 73/2015, de 11/05;
- b) Às atividades pecuárias previstas no nº 3 do artigo 1º do novo regime do exercício de atividade pecuária (NREAP), aprovado pelo DL 81/2013, de 14/06, cuja regularização não foi possível pela desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões ou restrições de utilidade pública;
- c) Às operações de gestão de resíduos nos termos do artigo 2º do regime aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos, constante no DL 178/2006, de 05/09 e respetivas alterações;
- d) À revelação e aproveitamento de massas minerais, nos termos definidos na alínea p) do artigo 2º do regime de revelação e aproveitamento de massas minerais, constante no DL 270/2001, de 06/10, alterado pelo DL 340/2007, de 12/10, ao aproveitamento de depósitos minerais, constante no DL 88/90, de 16/03, e às instalações de resíduos de indústria extrativa no âmbito do DL 10/2010, de 04/02 e respetiva alteração.

O Sr Joaquim Neves André, contribuinte nº 120689723, é proprietário de uma exploração pecuária da classe 2, em atividade desde os anos 80, com título de exploração nº 6224 de 2011 emitido pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, DRAPC.

Para renovação do título junto da DRAPC, necessita de apresentar alvará de utilização das instalações emitido pela Câmara.

A exploração, localizada na Quinta da Telhada, não possui licenciamento urbanístico por nunca ter sido requerido à Câmara.

De acordo com o PDM, as edificações afetas à atividade pecuária da exploração situam-se em zona florestal, inserida em Reserva Ecológica Nacional e em Reserva Agrícola Nacional.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

O Regulamento do PDM não prevê no seu articulado esta situação, logo, o Sr Joaquim Neves André não pode legalizar a exploração pecuária.

Perante a evidência da desconformidade da instalação pecuária com o PDM, que impede a obtenção da renovação do título de exploração, o Sr Joaquim Neves André entendeu recorrer ao regime extraordinário de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos ou explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de exploração de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial, solicitando a emissão de uma certidão da deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da instalação pecuária, emitida pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto no nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Nesse sentido, apresenta no requerimento os aspetos que considera relevantes para fundamentar o pedido, nomeadamente que se trata de uma instalação de reduzida dimensão, com capacidade instalada para 20 porcas reprodutoras, e 2 machos reprodutores, 68 ovinos e 30 aves distribuídos por 3 núcleos de espécies diferentes.

O núcleo das aves visa a produção da carne e ovos apenas para consumo familiar. A atividade económica predominante é a produção de leitões, borregos e lã e dá emprego ao requerente e esposa.

Dada a grande dimensão da Quinta da Telhada, 52,9 hectares, e a existência de uma grande mancha arbórea na zona, considera o requerente não existirem impactos negativos para a generalidade dos fatores ambientais.

Aproveita ainda os terrenos da quinta para cultivar os alimentos necessários para os animais da exploração recorrendo a ração comercial em pequena quantidade.

Os efluentes gerados pelos animais são totalmente utilizados nos terrenos da quinta.

Não há possibilidade de deslocalização da atividade nem encerramento dado que é dela que provém o sustento familiar.

Face ao exposto, propõe-se que o assunto seja presente à reunião da Câmara Municipal para efeitos de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária.

Caso a deliberação seja favorável deverá ser remetida à Assembleia Municipal nos termos do disposto na a) do nº 4 do art 5º do DL 165/2014, de 5 de novembro.

Maria José de O. Carvalho – Eng^a
Chefe de Divisão de G.U.P.
09.12.2015

O Senhor Presidente referiu que: “há um pedido de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Municipal na Regularização da Atividade Económica do Senhor Joaquim Neves André, proprietário agrícola da Quinta da Telhada. O que diz a lei é que houve um período de exceção, até ao último dia do ano de 2015, para situações que estavam de difícil legalização pelos instrumentos legais em vigor. O Município criou a possibilidade, através de uma proposta da Câmara Municipal e de aprovação em Assembleia Municipal, de poder licenciar algumas questões que estavam em situação de difícil resolução, há vários anos. Nós temos conhecimento de várias situações no Concelho que poderiam configurar esta necessidade de ao abrigo deste programa, para legalizarem as suas situações. Até este momento, o único Município interessado em aproveitar esta

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

oportunidade é o Senhor Joaquim Neves André. Tenho pena que este programa não tivesse sido mais amigo de quem pretende legalizar as suas situações, porque ainda assim, para outras situações de menor dimensão continua a exigir um conjunto de documentação, um conjunto de projetos, que levaram a que as pessoas continuem a desistir.

Assim, trata-se de aprovarmos e submetermos à Assembleia Municipal este pedido de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Municipal na Regularização da Atividade Económica do Senhor Joaquim Neves André para que se possa emitir Parecer Favorável.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar o pedido de Certidão de Reconhecimento do Interesse Municipal na Regularização da Atividade Económica e ainda submetê-lo à Assembleia Municipal, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 4. Apreciação da Proposta de Ata de 29.10.2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Ata. -----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
- . JARDIM DE INFÂNCIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
- Homologação do Auto de Receção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
JARDIM DE INFÂNCIA DE FIGUEIRÓ DO CAMPO
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de 04.11.2013, à empresa **Armindo Nogueira & Valente, Lda**, pelo valor de **17.407,76 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
25.11.2015

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 6. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

. AQUISIÇÃO DE VIATURAS

. Nova Viatura de 17 Lugares

- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

AQUISIÇÃO DE VIATURAS

- NOVA VIATURA DE 17 LUGARES

*** ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação da Reunião de Câmara, de 17.08.2015, foi decidido recorrer à figura do ajuste direto, como procedimento prévio à adjudicação do fornecimento acima mencionado.

O Relatório Final mantém a seguinte proposta de ordenação das propostas:

EMPRESA	VALOR
Litocar, SA	29.534,39€
Silva & Santos, Lda.	29.658,46€
Lizauto, Lda.	30.000,00€
Caetano Formula, SA.	31.243,08€

Durante a fase de audiência prévia, efetuada nos termos do artigo 123.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, o concorrente “Silva & Santos, Lda.” pronunciou-se sobre a decisão do Júri, tendo o mesmo mantido a ordenação, conforme o Relatório Final, em anexo.

De acordo com o n.º 1 do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, o contrato do presente fornecimento será reduzido a escrito.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A homologação do relatório final;
2. A aprovação da minuta do contrato;
3. A adjudicação do presente fornecimento à empresa “Litocar, SA”;
4. Autorização para a realização da despesa no valor de 29.534,39 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
23.11.2015

DESPACHO:
Adjudique-se.
À Reunião de Câmara, para ratificação.
O Presidente,
(Mário Jorge Nunes)
23.11.2015

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “estamos perante uma proposta de adjudicação à qual não temos nada contra, mas a informação sugere-nos que aprovemos um conjunto de situações, nomeadamente a homologação do relatório final, a minuta do contrato, a adjudicação do fornecimento, ou seja, um conjunto vasto de propostas e nem uma consta da ordem de trabalhos.”

O Senhor Presidente referiu que: “a proposta é de adjudicarmos a aquisição de uma viatura de 17 lugares, um procedimento que foi iniciado em 17 de agosto de 2015, e o relatório final aponta para essa hierarquia de propostas. Em conclusão, tendo em conta a presente informação, o relatório final diz-nos que são estas empresas, e quem ganhou foi a empresa que apresentou o preço mais baixo. Falta aqui, de facto, a minuta do contrato, mas já falamos nisso várias vezes, e a autorização para a realização da despesa é um formalismo da proposta.”

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----

Ponto 7. CULTURA – BIBLIOTECA MUNICIPAL
. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO
- Substituição de Caixilharia
. Homologação do Auto de Receção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: CULTURA – BIBLIOTECA MUNICIPAL
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO
SUBSTITUIÇÃO DE CAIXILHARIA
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de 31.08.2011, à empresa **Deleme – Industrias da Construção, S.A.**, pelo valor de **4.770,80 €**, acrescido de IVA.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
01.12.2015

Deliberado, por maioria, com 3 (três) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS e PPD/PSD - CDS/PP - PPM e 2 (duas) abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Carlos Páscoa e Dra. Manuela Santos, aprovar a homologação do presente auto de receção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL NA FREGUESIA DE SOURE
- . Campo de Futebol de Soure
- Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES – DESPORTO E TEMPOS LIVRES**
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE CAMPOS DE FUTEBOL NA FREGUESIA DE SOURE
CAMPO DE FUTEBOL DE SOURE
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de Câmara de 23.11.2015, foi decidido recorrer à figura de **ajuste direto**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Construtora Guardado & Oliveira, Ldª	11.871,95 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (11.920,63 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Ldª**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **11.871,95 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de O.P.M.
(Mário Monteiro, Eng.º)
09.12.2015

DESPACHO:
Adjudique-se.
À reunião de Câmara para ratificação.
Soure, 10.12.2015
O Presidente da Câmara,
(Mário Jorge Nunes)

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----

Ponto 9. AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL - HABITAÇÃO SOCIAL// APOIO AO ARRENDAMENTO

9.1. N.º Processo: 13/2015 - APA

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL
. HABITAÇÃO SOCIAL// APOIO AO ARRENDAMENTO
- N.º PROCESSO: 13/2015 - APA**

O Município de Soure tem vindo a atribuir, com caráter temporário e a título excecional, alguns apoios ao arrendamento, face a circunstâncias de emergência social que são diagnosticadas e acompanhadas por este Gabinete de Ação Social e Saúde.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

O valor do Apoio que tem sido concedido a estas situações excecionais tem tido por base a relação entre o valor da renda e o valor do Rendimento Mensal Bruto do Agregado familiar, deduzido das despesas, sendo que o valor médio a apoiar pelo Município se tem cifrado em sensivelmente 50% do valor da renda.

Embora o Município de Soure não disponha de um Regulamento que preveja, defina e estabeleça critérios para a atribuição de apoios a famílias em situação de grave carência económica, através de Medidas de Apoio Pontual em situações de emergência social de caráter temporário, justifica-se, ainda assim, que em casos de manifesta fragilidade social, em articulação com outras Entidades, designadamente, Segurança Social ou outras Entidades que integram a Rede Social do Concelho, a Autarquia aprove a concessão de apoios para minorar situações de vulnerabilidade extrema vividas pelas famílias.

Assim, os Municípios dispõem de atribuições nos domínios da saúde, ação social e habitação, conforme o previsto nas alíneas g), h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Em concretização dessas atribuições, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Face ao atrás exposto, sugere-se que o Executivo Municipal aprove:

- A atribuição de um **Apoio Mensal ao Arrendamento**, pelo **prazo de 12 meses, no valor de €87,50, correspondente a 50% do valor da renda**, ao Agregado Familiar com o número de Processo **13/2015 – APA** (FICHA da FAMÍLIA em ANEXO).

À consideração superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
A Coordenadora do Gabinete de Ação Social e Saúde,
(Cristina Marta, Dra.)
2015.11.19

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio mensal ao arrendamento, pelo prazo de 12 meses, no valor de 87,50 €, correspondente a 50% do valor da renda, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----

9.2. N.º Processo: 14/2015 - APA

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **AÇÃO SOCIAL – APOIO A ATIVIDADES NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL**
. HABITAÇÃO SOCIAL // APOIO AO ARRENDAMENTO
- N.º PROCESSO: 14/2015 - APA

O Município de Soure tem vindo a atribuir, com caráter temporário e a título excecional, alguns apoios ao arrendamento, face a circunstâncias de emergência social que são diagnosticadas e acompanhadas por este Gabinete de Ação Social e Saúde.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

O valor do Apoio que tem sido concedido a estas situações excecionais tem tido por base a relação entre o valor da renda e o valor do Rendimento Mensal Bruto do Agregado familiar, deduzido das despesas, sendo que o valor médio a apoiar pelo Município se tem cifrado em sensivelmente 50% do valor da renda.

Embora o Município de Soure não disponha de um Regulamento que preveja, defina e estabeleça critérios para a atribuição de apoios a famílias em situação de grave carência económica, através de Medidas de Apoio Pontual em situações de emergência social de caráter temporário, justifica-se, ainda assim, que em casos de manifesta fragilidade social, em articulação com outras Entidades, designadamente, Segurança Social ou outras Entidades que integram a Rede Social do Concelho, a Autarquia aprove a concessão de apoios para minorar situações de vulnerabilidade extrema vividas pelas famílias.

Assim, os Municípios dispõem de atribuições nos domínios da saúde, ação social e habitação, conforme o previsto nas alíneas g), h) e i) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Em concretização dessas atribuições, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, nos termos das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Face ao atrás exposto, sugere-se que o Executivo Municipal aprove:

- A atribuição de um **Apoio Mensal ao Arrendamento**, pelo **prazo de 12 meses**, no **valor de €125,00**, **correspondente a 50% do valor da renda**, ao Agregado Familiar com o número de Processo 14/2015 – APA (FICHA da FAMÍLIA em ANEXO).

À consideração superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
A Coordenadora do Gabinete de Ação Social e Saúde,
(Cristina Marta, Dra.)
2015.12.09

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio mensal ao arrendamento, pelo prazo de 12 meses, no valor de 125,00 €, correspondente a 50% do valor da renda, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 10. AÇÃO SOCIAL

- . COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO - C.P.C.J.**
- Designação/Eleição de Representante**

O Senhor Presidente referiu que: “na última reunião de Câmara foram apresentadas duas propostas, nas quais, após escrutínio secreto, houve empate na votação, não tendo

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

ficado designado o representante na CPCJ. Hoje trago novamente este assunto ao Executivo para que possamos deliberar sobre o mesmo. A minha proposta vai no sentido de, analisando um conjunto de fatores e tendo em conta o que se passou na última reunião de Câmara, o Executivo designe a Dra. Cristina Marta como representante do Município na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.”

O Senhor Vereador Dr. Santos Mota referiu que: “queria lembrar o que disse, no dia 28 de outubro de 2013, na primeira reunião deste executivo *“quero felicitar o Senhor Presidente de Câmara pela eleição, espero que este Mandato corra da melhor forma possível, no sentido do desenvolvimento e da qualidade de vida da população do nosso Concelho. Da minha parte, conte com empenho, uma oposição responsável e construtiva. Da sua parte espero abertura, espírito de equipa, de uma forma conjunta, descomplexada, para um bom trabalho em prol da população do Concelho de Soure”*. Como vereador é o que tenho procurado fazer no decorrer do tempo, atuar com bom senso, com equilíbrio, com inteira autonomia e com único objetivo o melhor para a população do meu concelho.

Contudo, na última reunião disponibilizei-me para representar o Município na CPCJ, tendo em consideração os seguintes factos: primeiro, experiência há mais de quinze anos numa Instituição de apoio a pessoas vulneráveis, nomeadamente núcleos familiares disfuncionais em alguns casos, envolvendo crianças em situação de risco. Segundo, Autarca há mais de vinte anos, a maioria do tempo numa política de proximidade, com conhecimento da realidade, das dificuldades da população, um elemento fundamental para um diagnóstico social mais preciso, resultando numa intervenção mais eficaz. Terceiro, conhecimento do funcionamento da CPCJ de Soure com seis anos de experiência em representação do Município. Foram anos muito enriquecedores! Quarta, formação académica na área das Ciências Sociais indo ao encontro do número 4.º do artigo 20.º da Lei da Proteção, Composição da Comissão Restrita, que diz o seguinte: *“os membros da comissão restrita devem ser escolhidos de forma que esta tenha uma composição interdisciplinar e interinstitucional, incluindo, sempre que possível, pessoas com formação nas áreas de serviço social, psicologia e direito, educação e saúde”*. Quinto e último ponto, motivação e empenhamento no apoio a crianças e jovens em risco. Em suma, depois o que aconteceu na reunião anterior, parece-me que há outros interesses/objetivos que se sobrepõem ao bem-estar das crianças e jovens em risco do concelho de Soure.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Deliberado, por maioria, com 3 (três) votos a favor e 2 (dois) votos em branco, após escrutínio secreto, designar a Técnica Superior Dra. Cristina Marta para representar o Município na C.P.C.J.. --

Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

. RAMAIS/BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE

. Associação de Caça e Pesca de Vila Nova de Anços - Prolongamento da Rede de Iluminação Pública

- Homologação do Auto de Receção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E URBANISMO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

RAMAIS / BAIXADAS E PROLONGAMENTOS DE REDE

ASSOCIAÇÃO DE CAÇA E PESCA DE VILA NOVA DE ANÇOS – PROLONGAMENTO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA

Por despacho de 05.02.2009 foi decidido homologar o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos, propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Artigos. 295.º e 398.º do CCP, aprovado pelo D.L. 18/2008, de 29 de janeiro).

À consideração superior,

O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais

(Mário Monteiro, Eng.º)

03.12.2015

Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS, PPD/PSD - CDS/PP - PPM e CDU, e 1 (uma) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a homologação do presente auto de receção definitiva, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

-

Ponto 12. HABITAÇÃO E URBANISMO – ILUMINAÇÃO PÚBLICA

. Infraestruturas Elétricas da Zona à Nova Escola Secundária

- Homologação do Auto de Receção Definitiva

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

ILUMINAÇÃO PÚBLICA
INFRA-ESTRUTURAS ELÉTRICAS DA ZONA À NOVA ESCOLA SECUNDÁRIA
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA

Por deliberação de 15.04.2005 foi decidido homologar o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos, propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Artigos. 295.º e 398.º do CCP, aprovado pelo D.L. 18/2008, de 29 de janeiro).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
03.12.2015

Deliberado, por maioria, com 3 (três) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS e PPD/PSD - CDS/PP - PPM e 2 (duas) abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Carlos Páscoa e Dra. Manuela Santos, aprovar a homologação do presente auto de receção definitiva, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 13. HABITAÇÃO E URBANISMO

. CONSERVAÇÃO/REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO PAÇOS DO CONCELHO - Balcão “Espaço do Cidadão”

O Senhor Presidente referiu que: “este ponto diz respeito à colocação de portas envidraçadas para o Espaço do Cidadão, na entrada do Município. Tendo em conta a urgência da obra pronta, usando as competências que me foram determinadas, dei ordem aos serviços que avançassem com a escolha do procedimento prévio e adjudicação. Agora trata-se de ratificarmos o despacho de autorização.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “nós, naturalmente, entendemos que este Espaço de Cidadão seja vantajoso para o Município, mas de qualquer maneira importava-se de descrever em que consiste?”

O Senhor Presidente referiu que: “o Espaço do Cidadão, já na altura foi aqui explicado, quando veio à reunião de Câmara, nos finais do ano passado, trata-se de um Protocolo que aprovámos no âmbito de Modernização Administrativa, para implementação deste Espaço do Cidadão no edifício dos Paços do Concelho.”

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

13.1. Escolha de Procedimento Prévio

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSERVAÇÃO / REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO PAÇOS DO CONCELHO
- BALCÃO “ESPAÇO DO CIDADÃO”
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adoção da modalidade de **ajuste direto**, uma vez que o preço base é de 7.500,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste direto, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adotar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2015 pela rubrica 03.01.07.01.03.01 e trata-se de ação inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 05.004 2015/112.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR A SEGUINTE ENTIDADE

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à seguinte empresa:

- Armindo Nogueira & valente, Lda..

4. JÚRI

Uma vez que será convidada a apresentar proposta uma única entidade, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art. 67º do CCP.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Fernando Cavacas, Dr.)
23/11/2015

DESPACHO:

Aprovo a abertura do Procedimento.
À reunião de Câmara para ratificação.
O Presidente,
(Mário Jorge Nunes)
24/11/2015

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----

13.2. Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
CONSERVAÇÃO / REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO PAÇOS DO CONCELHO
- BALCÃO “ESPAÇO DO CIDADÃO”
- ADJUDICAÇÃO

Por despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 24.11.2015, foi decidido recorrer à figura do ajuste directo, como procedimento prévio à adjudicação do serviço acima mencionado.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR
Armando Nogueira & valente, Lda.	7.213,82 euros

Tendo em conta que esta respondeu ao solicitado e o preço da proposta é inferior ao preço base definido, sugerimos a adjudicação do presente serviço à mesma.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do art. 124º do Código de Procedimento Administrativo, sugere-se a dispensa de audiência prévia uma vez que a adjudicação é favorável ao interessado.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A dispensa de audiência prévia;
2. A adjudicação do presente serviço à pessoa singular “Armando Nogueira & valente, Lda.”;
3. Autorização para a realização da despesa no valor de 7.213,82 euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Fernando Cavacas, Dr.)
02.12.2015

DESPACHO:
Adjudique-se.
O Presidente,

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

(Mário Jorge Nunes)
03/12/2015

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----

Ponto 14. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO

**. Regulamento de Incentivos à Conservação de Fachadas de Imóveis na
Zona Histórica de Soure**

Foi presente a seguinte informação:

PROPOSTA

Por deliberação de vinte e oito de agosto de dois mil e quinze deste executivo, foi dado formalmente início ao procedimento de elaboração de um Regulamento de Incentivos à Conservação de Fachadas de Imóveis na Zona Histórica da Vila de Soure.

No decurso deste procedimento não foram apresentados quaisquer contributos externos, não obstante a publicitação efetuada no sítio institucional deste Município, no estrito cumprimento do preceituado no art.º 98.º do Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Tendo em conta o conteúdo do Regulamento e a finalidade e objetivos melhor descritos na Nota Justificativa que o acompanha,

Proponho

Que a Câmara Municipal delibere aprovar a proposta de Regulamento de Incentivos à Conservação de Fachadas de Imóveis na Zona Histórica da Vila de Soure, com vista à sua aprovação pela Assembleia Municipal, tudo de acordo com o disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75.º/2013, de 12 de setembro.

À reunião de Câmara.

Soure, 10 de dezembro de 2015

O Presidente

Mário Jorge da Costa Rodrigues Nunes

NOTA JUSTIFICATIVA

Considerando que a requalificação, a conservação e beneficiação da malha urbana com especial relevância de centros históricos, constituem um passo importante do ponto de vista do planeamento urbano;

Considerando que no caso da Zona Histórica de Soure, a progressiva deslocação dos seus habitantes para outras zonas da vila tem contribuído, por um lado, para a sua desertificação e, por outro, para uma acentuada degradação dos imóveis ali existentes.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

Considerando que as Autarquias têm responsabilidades na implementação de medidas de requalificação do espaço urbano e na melhoria das condições de vida dos Municípes;

Pretende-se criar um regulamento que potencie um sistema de incentivos que, não financiando a totalidade das obras a realizar, estimule o interesse dos proprietários à reabilitação dos imóveis no seu aspeto exterior, melhorando a sua imagem e beneficiando aquela zona, tornando-a, assim, mais atrativa.

Assim, tendo em conta que é atribuição do Município a promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações, importa implementar uma estratégia que inverta a atual situação, criando uma série de incentivos, nas mais variadas vertentes, que possibilitem a promoção da reabilitação daquela zona da vila de Soure e a sua efetiva ocupação.

O regulamento a aprovar é elaborado ao abrigo do poder regulamentar próprio que é atribuído às Autarquias Locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas e) e n) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do art.º 99.º do Código do Procedimento Administrativo.

Os custos e benefícios das medidas projetadas são os constantes do anexo a esta Nota Justificativa.

Município de Soure, 18 de novembro de 2015

O Vice Presidente

Jorge Manuel Simões Mendes

Regulamento de Incentivos à Conservação de Fachadas de Imóveis na Zona Histórica de Soure

Preâmbulo

A requalificação, a conservação e beneficiação da malha urbana com especial relevância de centros históricos, constituem um passo importante do ponto de vista do planeamento urbano.

No caso da Zona Histórica de Soure, a progressiva deslocação dos seus habitantes para outras zonas da vila tem contribuído, por um lado, para a sua desertificação e, por outro, para uma acentuada degradação dos imóveis ali existentes.

Pretende-se criar um regulamento que potencie um sistema de incentivos que, não financiando a totalidade das obras a realizar, estimule o interesse dos proprietários à reabilitação dos imóveis no seu aspeto exterior, melhorando a sua imagem e beneficiando aquela zona, tornando-a, assim, mais atrativa.

Importa, por isso, implementar uma estratégia que inverta a atual situação, criando uma série de incentivos, nas mais variadas vertentes, que possibilitem a promoção da reabilitação daquela zona da vila de Soure e a sua efetiva ocupação.

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do poder regulamentar próprio que é atribuído às Autarquias Locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas e) e n) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) n.º 1 do artigo 25.º e alíneas k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do art.º 99.º do Código do Procedimento Administrativo

Artigo 1º

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Objeto

O presente regulamento define o regime a que obedece a concessão de apoios técnicos e financeiros, enquanto medida de incentivo à conservação de fachadas de imóveis na Zona Histórica de Soure.

Artigo 2º

Destinatários

São destinatários do presente programa os proprietários e os arrendatários desde que autorizados por aqueles.

Artigo 3º

Área de intervenção

Aplica-se a todos os imóveis localizados na Zona Histórica de Soure, delimitada em planta anexa que é parte integrante do presente regulamento.

Artigo 4º

Ações elegíveis

As ações elegíveis para o apoio do programa, são as referentes à recuperação e conservação de fachadas, tais como:

-Revestimento de fachadas

- a) Emboços e Rebocos
- b) Pinturas / caiações
- c) Limpeza e recuperação de cantarias
- d) Conservação de beirados
- e) Substituição e conservação de caleiras e tubos de queda
- f) Substituição e conservação de portas e janelas

-Vãos Exteriores

§ único: Em caso algum serão financiadas obras de simples substituição de equipamento.

Artigo 5º

Apoios

1. Os apoios previstos neste programa são concedidos pela Câmara Municipal e têm carácter de complementaridade ao auto financiamento.
2. É condição de atribuição dos apoios previstos no número anterior, a apresentação de candidatura à Câmara Municipal de Soure e respetiva aprovação por parte desta.
3. O montante de apoios financeiros a conceder para o desenvolvimento do programa será delineado anualmente no Orçamento da Câmara Municipal de Soure.

Artigo 6º

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

Apoios técnicos

A Câmara Municipal de Soure, através das suas estruturas concede apoio técnico para a identificação das necessidades de intervenção.

Artigo 7º

Apoios financeiros

1. Os apoios assumem a forma de subsídio não reembolsável.
2. Para efeitos de cálculo do apoio financeiro são considerados valores máximos os seguintes:
 - a) Emboços e Rebocos – € 10,00/ m2
 - b) Pinturas em cor regulamentar – € 7,50/ m2
 - c) Limpeza de cantarias – € 4,00/ m2
 - d) Portas exteriores
 - Substituição – € 400,00/un
 - Restauro/Pintura - € 150,00/un
 - e) Janelas exteriores e caixilharias
 - Substituição – € 320,00/un
 - Restauro/Pintura - € 170,00/m2
 - f) Conservação de beirados – 11€ / m
 - g) Substituição e conservação de caleiras e tubos de queda – 11€ / m

Em qualquer dos casos, a comparticipação total dependerá dos trabalhos a efetuar, devidamente avaliados pela autarquia e não ultrapassará o valor máximo de € 1 250,00, por edifício, e 50% do valor total das obras.

§ único: Os valores expressos de a) a g) do número 2 não incluem IVA, se aplicável.

3. As candidaturas admitidas estão isentas de taxas previstas em Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Soure em vigor.

Artigo 8º

Duração das obras

As obras devem ser iniciadas no prazo máximo de 30 dias a contar da data do conhecimento da aprovação da candidatura e serem concluídas no prazo máximo de 3 meses a contar da mesma data, salvo em casos devidamente justificados e aceites pela Câmara Municipal de Soure.

Artigo 9º

Candidaturas

- 1-As candidaturas são apresentadas na Câmara Municipal de Soure, mediante a apresentação de um projeto/ candidatura, do qual conste nomeadamente:

- a) Requerimento em impresso próprio a fornecer pela Câmara Municipal.
- b) Fotocópia do CC ou do BI e Cartão de Contribuinte.
- c) Planta de localização à escala 1/1000 (a fornecer pela Câmara Municipal)
- d) Memória descritiva simples ou listagem das obras a efetuar.
- e) Documento de titularidade do prédio, emitido pela Conservatória do Registo Predial ou pela Administração Tributária.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

- f) Contrato de arrendamento, caso exista, acompanhado de declaração emitida pelo proprietário que autorize o arrendatário a efetuar as obras.
- g) Declaração de compromisso do início da obra no prazo de 30 dias a partir do conhecimento da aprovação do apoio.
- h) Fotografias a cores caracterizadoras do estado atual da habitação a beneficiar.
- i) Orçamento(s) discriminado(s) das obras a realizar.

2-A Câmara Municipal, verificada a regularização das candidaturas de acordo com o disposto no número 1 deste artigo, e dentro do valor cabimentado e previamente constituído como suporte de financiamento para este programa, procede à aprovação das respetivas candidaturas, tendo por base o estado de conservação do imóvel e as obras de que carece, considerando a intervenção proposta pelo candidato.

3-Têm prioridade sobre qualquer candidatura, edifícios objeto de vistoria municipal, com intimação ao proprietário para realizar obras, não tendo este procedido à sua execução por falta de meios, devidamente justificados.

Artigo 10º

Pagamentos

- 1- Os pedidos de pagamento são entregues na Câmara Municipal e são formalizados mediante requerimento acompanhado de documentação identificativa das despesas efetuadas e pagas.
- 2- Será verificado o pedido de pagamento e documentos referidos no número 1, podendo solicitar-se elementos ou esclarecimentos complementares sempre que se julgue necessário.
- 3- O pagamento do incentivo atribuído será feito no final da realização do investimento proposto, podendo ser reduzido se não for realizado na sua totalidade

Artigo 11º

Avaliação, Fiscalização e Controlo

A avaliação, fiscalização e controlo da intervenção, nas componentes, física e financeira, incluindo a verificação documental, compete à Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento desta Câmara Municipal.

Artigo 12º

Incumprimento

A prestação de falsas informações implica a anulação da candidatura.

Artigo 13º

Meios financeiros

A Câmara Municipal de Soure, inscreverá anualmente no seu Orçamento os meios financeiros destinados à concretização deste programa.

Artigo 14º

Publicidade

As intervenções que beneficiam da contribuição financeira deste programa, estão obrigadas a publicitar em local visível o apoio, com identificação a fornecer pela Câmara Municipal de Soure.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Artigo 15º

Duração

Este programa é válido para candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado por deliberação camarária.

Artigo 16º

Entrada em vigor

O presente regulamento depois de aprovado pela Assembleia Municipal, entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da publicação em Diário da República.

Limites da Zona Histórica de Soure



O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “este ponto traz-nos uma Proposta de Regulamento de Incentivos à Conservação de Fachadas de Imóveis na Zona Histórica de Soure, não é novo para este Executivo, porque aquando do início do procedimento já foi dada, por mim, uma explicação do mesmo. Face à deslocação progressiva dos habitantes da Zona Histórica para outras zonas da Vila ou para outras localidades do Concelho, têm-se vindo a desertificar esta zona e assistimos a uma acentuada degradação dos imóveis. Daí que era necessário e imperioso criar um Regulamento que potencie um sistema de incentivos de forma a que as pessoas possam arranjar os prédios, tornando aquela zona mais atrativa e até mais habitável. E porquê agora este Regulamento? Anteriormente já aqui criámos incentivos à Reabilitação destes Imóveis, mas este Regulamento cobre uma área de intervenção que até aqui as decisões tomadas por este Executivo não cobriam. Esta área de Reabilitação Urbana, aprovada por nós, possibilitou a que os proprietários

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

dos imóveis, incluídos na área da reabilitação, pudessem ter incentivos à sua reabilitação, nomeadamente incentivos fiscais, IMI, IMT e IRS, só que a ARU, para que haja esses incentivos necessita de uma Requalificação Integral do Prédio ou pelo menos que possibilite uma melhoria da eficiência energética em dois níveis, o que implica obras de custos elevados. Estava afastada a possibilidade de que os proprietários ou os arrendatários pudessem ter incentivos se quisessem pintar as fachadas, não havia incentivos para esta área, daí que há uma área de intervenção, que pode ser coberta por benefícios que até agora não existiam.

O Regulamento é de fácil leitura e possibilita a concessão de apoios técnicos e financeiros. Os destinatários deste Regulamento são os proprietários e os arrendatários, porquê? Estamos a fazer um levantamento de todos os prédios da Zona Histórica, vamos ter uma fotografia de todos os prédios da Zona Histórica, vamos saber quais são as condições que cada prédio tem, se são arrendados, se são próprios, se estão degradados ou não, esse levantamento está a ser concluído e chegámos à conclusão que os prédios estão arrendados, nomeadamente os comerciais. Daí que era importante, também incluir que não só os proprietários pudessem usufruir destes benefícios, mas também os arrendatários, desde que autorizados pelos senhorios. Aplica-se a todos os prédios localizados na Zona Histórica de Soure e as ações elegíveis são as referentes à Recuperação e Conservação de Fachadas, tais como: pintura, emboços e rebocos, limpeza e recuperação de cantarias, conservação de beirados, substituição e conservação de portas e janelas, substituição e conservação de caleiras e tubos de queda e vãos exteriores, são intervenções mais ligeiras, mas que por esta via passam também a poder beneficiar de incentivos. Os apoios concedidos pela Autarquia têm carácter de complementaridade ao auto financiamento, ou seja, são eles que se auto financiam e este regime, é um regime de apoio e complementaridade e é feito mediante reembolso da despesa feita. Estes apoios financeiros vão ter alguns limites, não vamos comparticipar todas as obras, vamos comparticipar em parte e estes apoios vão ter três limites. O primeiro limite decorre diretamente do tipo de intervenção que está a ser feito e o limite por cada tipo de intervenção, por exemplo: emboços e rebocos - 10,00 euros/m²; pinturas - 7,50 euros/m²; limpeza de cantarias - 4,00 euros/m²; portas exteriores, substituição - 400,00 euros/un, restauro/pintura - 150,00 euros/un; janelas exteriores e caixilharias, substituição - 320,00 euros/un, restauro/pintura - 170,00 euros/m²; conservação de beirados - 11,00 euros/m; e substituição e conservação de caleiras e tubos de queda - 11,00 euros/m.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Em qualquer dos casos, a comparticipação total dependerá dos trabalhos a efetuar, devidamente avaliados pela Câmara Municipal e não ultrapassará o valor máximo de 1.250,00 euros, por prédio, e 50% do valor total das obras.

Volto a lembrar que estas intervenções, não são intervenções profundas, são intervenções da fachada. Portanto, julgamos que é um valor adequado à intervenção nas fachadas dos imóveis na Zona Histórica, que não são relevantes, são áreas pequenas, daí que este valor nos parece razoável. Ainda assim, também há outro benefício paralelo, estas obras vão estar isentas do pagamento de taxas previstas em Regulamento e Tabela de Taxas do Município, no âmbito deste apoio.

As obras devem ser iniciadas no prazo máximo de 30 dias a contar da data do conhecimento da aprovação da candidatura e serem concluídas no prazo máximo de 3 meses a contar da mesma data, salvo em casos devidamente justificados e aceites pela Câmara Municipal de Soure. O pagamento vai ser feito mediante o reembolso da despesa feita e a Candidatura deve ser apresentada até 31 de dezembro de 2017 e porquê a 31 de dezembro de 2017? É que achamos que o período de dois anos é suficiente para que estas intervenções sejam feitas. Estamos a falar, e volto a repetir, que não são intervenções profundas, são intervenções na fachada que não requerem um investimento grande por parte dos proprietários, daí que, estes dois anos, para nós é mais que suficiente para que esta intervenção possa ocorrer. Concluindo, parece-nos que é um Regulamento importante para a recuperação dos imóveis na Zona Histórica de Soure e merece o apoio incondicional deste Município.”

O Senhor Vereador Dr. Santos Mota referiu que: “a progressiva deslocação dos habitantes da Zona Histórica de Soure para outras zonas da Vila, tem contribuído para a desertificação e para uma acentuada degradação dos prédios ali existentes. Nós vamos votar favoravelmente esta proposta de Regulamento, mas era importante que ficasse a possibilidade de, em termos de futuro, abrirmos a outras zonas onde haja estes problemas urbanísticos.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento de Incentivos à Conservação de Fachadas de Imóveis na Zona Histórica de Soure e ainda submetê-la à Assembleia Municipal. -----

Ponto 15. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO

. Regulamento de Elaboração de um Concurso de Arquitetura da Casa do Moinho

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Foi presente a seguinte informação:

CONCURSO DE ARQUITETURA DA CASA DO MOINHO

PROPOSTA

Por deliberação de dezanove de outubro de dois mil e quinze deste executivo, foi dado formalmente início ao procedimento de elaboração de um Regulamento de elaboração de um Concurso de Arquitetura da Casa do Moinho.

No decurso deste procedimento não foram apresentados quaisquer contributos externos, não obstante a publicitação efetuada no sítio institucional deste Município, no estrito cumprimento do preceituado no art.º 98.º do Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Tendo em conta o conteúdo do Regulamento e a finalidade e objetivos, melhor descritos na justificativa que o acompanha,

Proponho

Que a Câmara Municipal delibere aprovar a proposta de Regulamento de elaboração de um Concurso de Arquitetura da Casa do Moinho com vista à sua aprovação pela Assembleia Municipal, tudo de acordo com o disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º e alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º, ambos da Lei n.º 75.º/2013, de 12 de setembro.

À reunião de Câmara.

Soure, 10 de dezembro de 2015

O Vice Presidente

Jorge Manuel Simões Mendes

CONCURSO DE ARQUITETURA DA CASA DO MOINHO

NOTA JUSTIFICATIVA

A recuperação do património edificado e consolidado com especial relevância de centros históricos, constituem um passo importante do ponto de vista do planeamento urbano.

No caso da Zona Histórica de Soure, a estratégia levada a cabo pelo atual executivo de inverter a acentuada degradação dos imóveis aí inseridos com medidas de incentivo à sua recuperação, deverá passar também pela sensibilização dos munícipes para a importância dos valores históricos da nossa vila, sensibilizando-os para a ideia de que vale a pena continuar a defender esses mesmos valores.

Do mesmo modo, dar a conhecer a história de determinada rua ou de certo edifício por onde passamos habitualmente, contribuirá para a preservação desses lugares, defenderá a sua história e as tradições que andam ligadas aos sítios em questão.

Por outro lado, a existência de casas devolutas e degradadas faz destas corpos sem alma, lugares onde urge incutir vida.

O Município de Soure para além de parceiro estratégico nesta tarefa tão árdua quanto urgente, constitui parte integrante da mesma enquanto proprietário de alguns imóveis na Zona Histórica.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

De entre eles e com caráter prioritário para a sua recuperação, ressalta o edifício conhecido pela “casa do moinho” e prédio contíguo, não propriamente pela vertente arquitetónica mas pela importância histórica que a atividade aí representada nele encerra e a correlativa memória coletiva que importa enaltecer e, sobretudo, preservar.

Respeitando essa memória que este edifício projeta, a sua reabilitação deverá passar pela forte ligação à levada e ao ciclo da água, devendo esta ligação marcar o projeto de forma indelével.

Paralelamente, importa que o Município se abra à sociedade civil e estimule a iniciativa, a criatividade e o espírito inovador, através de um concurso de ideias que possam ir de encontro à filosofia e espírito daquele espaço e corporizem aquele escopo e conceito.

De acordo com a alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º e alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar regulamentos dotados de eficácia externa.

Para o efeito, deverá o órgão executivo aprovar a proposta de regulamento, submetendo-o de seguida à apreciação da Assembleia Municipal para aprovação.

A presente Nota Justificativa, é ainda fundamentada com a ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas (art.º 99.º do CPA).

CMS, 10/12/2015
O Vice Presidente
Jorge Manuel Simões Mendes

Concurso de Arquitetura da Casa do Moinho/Centro Interpretativo da Água

Proposta de Regulamento

I – PRÉMIO

1. Atribuído pela Câmara Municipal de Soure, este prémio tem como objetivo contribuir para a reabilitação de estrutura edificada existente em contexto urbano consolidado na vila de Soure.
2. Serão atribuídos os seguintes prémios:
 - 1º - Prémio de 1 500,00 euros e entrega de diploma de reconhecimento;
 - 2º - Prémio de 1 000,00 euros e entrega de diploma de reconhecimento;
 - 3º - Prémio de 750,00 euros e entrega de diploma de reconhecimento.
3. A atribuição dos prémios será decidida por um júri, cuja composição e modo de atuação constam do presente regulamento.

II – CONCURSO

A – ÂMBITO E CONCORRENTES

1. Podem participar no Concurso de Arquitetura, **Casa do Moinho / Centro Interpretativo da Água**, projetos realizados por arquitetos com licenciatura reconhecida e / ou acreditada junto da Ordem dos Arquitetos.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

2. Os trabalhos submetidos a concurso serão entregues nos locais e prazos definidos neste regulamento.

Nota: Não são admissíveis quaisquer atrasos, mesmo que justificados por fatores que não sejam da responsabilidade dos concorrentes.

3. São admitidos trabalhos individuais e de equipas sendo que estas deverão ser constituídas no máximo por três elementos.

4. Os trabalhos a apresentar a concurso devem cumprir os seguintes requisitos:

- 4.1 Ter como resultado um projeto enquadrável neste concurso;
- 4.2 Assumir a forma de estudo-prévio de arquitetura;
- 4.3 Respeitar todas as condicionantes legais e regulamentares aplicáveis ao tipo de edificação.

5. A Casa do Moinho, sobre a qual recai o projeto, situa-se na Rua Doutor Delfim Pinheiro, nº 91 e 93, em Soure, junto ao arco da ponte (ver em anexo mapa do local à escala 1/2000).

6. O projeto consiste na ampliação e reabilitação da Casa do Moinho para nova função de exposições e Centro Interpretativo da Água. Os autores deverão ter em consideração todo o espaço disponível para utilizar e as melhores soluções.

7. O projeto deverá considerar os seguintes espaços: Receção, instalações sanitárias, áreas administrativa, de reuniões e de exposições temporárias .

8. Os autores deverão conjugar a Casa do Moinho e a levada, respeitando os elementos técnicos existentes.

9. São aspetos relevantes em apreciação nos trabalhos apresentados:

- 9.1 O conceito arquitetónico;
- 9.2 A criatividade demonstrada;
- 9.3 A cultura arquitetónica e a capacidade técnica;
- 9.4 A exequibilidade técnica e financeira da solução proposta.

B – JÚRI

1. O júri do Concurso de Arquitetura **Casa do Moinho / Centro Interpretativo da Água** é constituído pelo professor doutor arquiteto Nuno Martins, na qualidade de presidente, e pelos vogais, arquiteto Rui Fernandes e arquiteto Jorge Santos.

2. Todas as decisões do Júri são válidas por maioria.

3. Não são admitidas abstenções nas votações entre membros presentes do júri.

4. Os membros do júri não poderão ser candidatos ao presente concurso.

C – PROCESSO

O processo de seleção e eleição do vencedor do Concurso de Arquitetura **Casa do Moinho / Centro Interpretativo da Água**, rege-se pelas seguintes diretrizes:

1. As candidaturas reger-se-ão pelos termos e condições definidos em D.

2. Os candidatos desenvolvem os seus projetos por conta própria, devendo respeitar as regras descritas.

3. A análise, escolhas e votações do júri decorrerão em reuniões específicas para o efeito, em local cedido pela Câmara Municipal de Soure, e a participação nas mesmas é restrita aos elementos que a compõem.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

4. O júri reserva-se o direito da não atribuição dos prémios, quando a qualidade dos trabalhos a concurso o justifique.

5. Das decisões do Júri não cabe recurso.

D – CANDIDATURAS

As candidaturas ao concurso terão de cumprir as seguintes condições:

1. INSCRIÇÕES - Os candidatos têm obrigatoriamente de se inscrever até ao termo do prazo estipulado pelo júri, divulgado em www.cm-soure.pt, e para tal devem respeitar as seguintes diretrizes:

1.1 Enviar por correio, ou entregar em mão, em invólucro fechado, a ficha de inscrição disponibilizada no site www.cm-soure.pt devidamente preenchida e acompanhada de cópia do Bilhete de Identidade e Número de Contribuinte ou do Cartão de Cidadão.;

1.2 Sempre que a inscrição e documentos sejam enviados pelo correio devem vir acompanhados de aviso de receção.

1.3 Todos os inscritos serão notificados, por correio registado, da receção da sua inscrição e da aceitação da mesma.

1.4 O processo de inscrição referido em 1.1, deverá ser entregue em mão ou enviado para o seguinte endereço:

Câmara Municipal de Soure
DGUP
Serviços de Estudos de Projetos e Vistorias
Praça do Município
3130-218 Soure

2. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS - Os trabalhos a entregar devem conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

2.1 Dossier encadernado em formato A4, com um máximo de 30 folhas contendo:

Localização / Implantação / Relação com a envolvente à escala 1:200 ou 1:100; Plantas / Cortes e Alçados à escala 1:100; Legendagem dos espaços e quadro de áreas úteis e brutas; Memória Descritiva e Justificativa das opções tomadas ocupando um máximo de 3 A4 do dossier; Fotografias da Maqueta ou outro tipo de representação tridimensional; Outros desenhos, gerais ou de pormenor, que o candidato entenda necessários para explicar a sua proposta, quer em aspetos gerais, quer em aspetos construtivos relevantes para a solução;

2.2 Dois painéis rígidos, leves, com o máximo de 10mm de espessura, em formato A1 ao alto, preparados para colocar lado a lado, contendo a síntese dos elementos entregues.

2.3 CD ROM com material para publicação, incluindo peças desenhadas em formato dwg (AutoCAD 2010), e duplicado em formato pdf (Adobe Acrobat), peças escritas em formato doc (OpenOffice) e imagens em formato jpg com resolução suficiente para impressão em formato A4.

2.4 Ficha técnica do projeto em formato A4, com a indicação do autor ou autores do projeto e cópia da ficha de candidatura para entrega de trabalhos, disponibilizada em www.cm-soure.pt.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

2.5 Os trabalhos serão anónimos. Todas as páginas das peças desenhadas e escritas, bem como os painéis, deverão conter no canto inferior direito um código consistido por sete dígitos cuja ordem não seja crescente ou decrescente.

Nota: Qualquer quebra de anonimato por parte dos concorrentes levará à exclusão imediata da respetiva proposta.

3. DATA E LOCAL DE ENTREGA DOS TRABALHOS:

3.1 Os trabalhos deverão ser entregues na

Câmara Municipal de Soure
DGUP
Serviços de Estudos de Projetos e Vistorias
Praça do Município
3130-218 Soure

dentro do prazo estipulado pelo júri e divulgado em www.cm-soure.pt, por correio registado com aviso de receção, ou em mão, em invólucro fechado, sob pena de serem excluídos se entregues fora deste prazo.

3.2 Com a entrega dos trabalhos, os candidatos receberão um comprovativo da entrega, com a indicação do nome do projeto, nome(s) do(s) autor(es), data e hora de entrega.

4. MODO DE ENTREGA DOS TRABALHOS - Os trabalhos devem cumprir os seguintes requisitos de entrega:

4.1 Os elementos referidos em 2.3 e 2.4, deverão ser embalados num envelope opaco para folhas em formato A4 e identificado no exterior, única e exclusivamente, com a indicação do código de identificação do trabalho. Este envelope será aberto pelo júri apenas depois de concluída a avaliação das propostas e escolhidos os premiados e respetiva hierarquização.

4.2 Os trabalhos enviados por correio deverão, ainda, ser embalados num invólucro exterior, contendo o invólucro referido no ponto anterior. Este invólucro exterior conterá as indicações de morada de envio e remetente. Os serviços removerão este invólucro antes do Júri iniciar a apreciação das propostas.

E – COMUNICAÇÃO

1. Eventuais dúvidas ou pedidos de esclarecimento por parte dos candidatos deverão ser enviadas por e-mail para geral@cm-soure.pt. A resposta às mesmas será feita individualmente ou em grupo, tão rapidamente quanto possível.

2. A lista dos resultados do concurso será disponibilizada em www.cm-soure.pt.

3. Salvo indicação explícita em contrário, para eventuais assuntos específicos, todos os contactos devem ser feitos através do endereço geral@cm-soure.pt.

F – RESPONSABILIDADES

1. É da inteira e exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Soure, como entidade organizadora, a escolha dos locais, critérios e operações de organização e divulgação do Concurso de Arquitetura, **Casa do Moinho / Centro Interpretativo da Água**.

2. A entidade organizadora não aceita quaisquer responsabilidades adicionais em relação às explicitamente assumidas neste regulamento, direta ou indiretamente decorrentes deste Concurso de Arquitetura.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

3. Pelo facto de se apresentarem a concurso, os concorrentes aceitam integralmente o conteúdo do presente regulamento, incluindo ainda a divulgação de elementos do trabalho, parcial ou integralmente, sem que lhes seja devida alguma compensação.

G – VIGÊNCIA DO REGULAMENTO

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à sua publicação em Diário da República e esgota-se com o termo dos trabalhos decorrentes da atribuição dos prémios.

O Senhor Vereador Dr. Santos Mota referiu que: “é com enorme satisfação pessoal que vejo este ponto. Este assunto foi debatido em outros Executivos, a importância de desenvolvermos todo este equipamento que é uma referência do nosso Concelho, da Vila de Soure em particular. Não se concluiu, foi debatido, mas por variadas razões, nos anteriores Executivos, não se conseguiu concretizar, mas é com satisfação que vejo desenvolver-se o início de um processo que é de grande importância cultural e patrimonial da Vila de Soure.

Na informação do Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes, focou uma situação que me preocupou, que é o seguinte: sou inteiramente defensor dos técnicos, sem dúvida têm conhecimento, mas há uma coisa que é fundamental neste processo, é a sensibilidade e o conhecimento da realidade, portanto, na minha sincera opinião acho que é técnicos a mais e sensibilidade a menos. Penso, e estamos falar mais uma vez no sentido construtivo, numa política saudável, é que fossem introduzidos neste júri pessoas com alguma sensibilidade nesta matéria. Acho que aqui devemos fazer alguma reflexão e algum cuidado, porque já temos experiências do passado.”

O Senhor Presidente referiu que: “é uma opção nossa, mas é um concurso de ideias, não ficamos vinculados a ter que mandar e executar a obra que ganhar, portanto, qualquer obra pública no Concelho de Soure há um órgão único competente para aprovar, que será sempre o Executivo. Quanto a este espaço, nós achamos que não será difícil de intervir, há outros em que é necessário mas pela sua dimensão coloca-os numa linha de prioridade mais passiva. Neste, achamos que é possível intervir a curto prazo, tudo depende do projeto que vier a nascer e nós estamos a dar abertura a um vasto conjunto de arquitetos.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento de Elaboração de um Concurso de Arquitetura da Casa do Moinho e ainda submetê-lo à Assembleia Municipal. -----

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Ponto 16. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DE CASAL DOS BACELOS/PORTO GODINHO**
- Homologação do Auto de Receção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
CONSTRUÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS DO CASAL DOS BACELOS / PORTO GODINHO
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por deliberação de 26.04.2007 foi decidido homologar o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais,
(Mário Monteiro, Eng.º)
04.12.2015

Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor da Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS, PPD/PSD - CDS/PP - PPM e CDU, e 1 (uma) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a homologação da presente auto de receção definitiva, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

-

Ponto 17. SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS

- . PROLONGAMENTO DE COLETORES**
- Homologação do Auto de Receção Definitiva**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE – REDE DE ESGOTOS
PROLONGAMENTO DE COLETORES
HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA**

Por despacho de 30.10.2007 foi decidido homologar o auto de receção provisória, relativo à empreitada acima referida.

Decorrido o prazo de garantia estabelecido por lei e caderno de encargos (5 anos), propõe-se, após a realização da respetiva vistoria, a homologação do auto de receção definitiva, bem como a extinção da caução e restituição, ao empreiteiro, das quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito (cf. Art. 226.º, n.º1 do art. 227.º e n.º1 do art. 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março).

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais,
(Mário Monteiro, Eng.º)
04.12.2015

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

Deliberado, por maioria, com 4 (quatro) votos a favor do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PS, PPD/PSD - CDS/PP - PPM e CDU, e 1 (uma) abstenção do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, aprovar a homologação do presente auto de recepção definitiva, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

-

Ponto 18. PROTEÇÃO CIVIL

. Regulamento Municipal do Uso de Fogo e de Limpeza de Terrenos

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **PROTEÇÃO CIVIL**

REGULAMENTO MUNICIPAL DO USO DE FOGO E DE LIMPEZA DE TERRENOS

PROJETO - PROPOSTA

A câmara municipal, em reunião de 8 de junho do corrente ano, deliberou, para efeitos do disposto na al. k) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, dar início ao procedimento de elaboração do regulamento acima identificado.

Decisão que, por sua vez, foi, nos termos e com as indicações constantes do n.º 1 do art. 98.º do D. L. n.º 4/2015 de 7 de janeiro (CPA), objeto de publicitação no sítio institucional do município de Soure, com vista à recolha de contributos à elaboração do projeto ora em análise.

Durante este período, não deram, porém, entrada nos serviços deste município quaisquer contributos ou sequer pedidos de esclarecimento relativos à matéria a regulamentar.

Todavia, na sequência do sugerido na informação inicial, foram recolhidas sugestões das entidades representadas na Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), as quais mereceram o melhor acolhimento na proposta agora apresentada.

Tendo em conta o conteúdo do regulamento e o universo de munícipes que por ele serão abrangidos, consideramos que o presente projeto, se aprovado, deverá ser objeto de consulta pública para recolha de sugestões, através da sua publicação na 2.ª série do diário da República e na internet, no sítio institucional do município (cf. n.º 1 do art. 101.º do CPA).

A presente proposta é acompanhada, por força do art. 99.º do CPA, de nota justificativa e fundamentada com a ponderação de custos e benefícios das medidas projetadas.

Face ao exposto, sugerimos que a câmara municipal delibere:

- 1. Aprovar a presente proposta de projeto de regulamento;**
- 2. Promover a audiência dos interessados, submetendo o projeto de Regulamento a consulta pública mediante a sua publicação na 2.ª série do diário da República e na internet, no sítio institucional do município.**

À consideração superior

O Técnico Superior

Marcus Tralhão, Dr. - 10.12.2015

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

REGULAMENTO MUNICIPAL DO USO DE FOGO E DE LIMPEZA DE TERRENOS

NOTA JUSTIFICATIVA

No âmbito da descentralização administrativa, o Decreto-Lei n.º 264/2002 de 15 de novembro transferiu para os municípios competências, dos então governos civis, em matéria consultiva (art.º 2.º), informativa (art.º 3.º) e de licenciamento de determinadas atividades (n.º 1 do art.º 4.º), cuja regulamentação ficou, neste último caso, dependente de diploma próprio (n.º 2 do art.º 4.º).

O regime jurídico do licenciamento destas atividades foi regulamentado pelo Decreto-Lei 310/2002 de 18 de dezembro, que passou a atribuir às câmaras municipais competência em matéria de licenciamento, nomeadamente, para realização de fogueiras (art.º 39.º) e queimadas (art.º 40.º).

Todavia, o regime do exercício destas atividades e a fixação das taxas devidas pelo seu licenciamento ficaram, por sua vez, dependentes de regulamentação municipal (art.º 53.º do referido diploma).

Daí que em 20 de junho de 2003, a câmara municipal tenha aprovado o Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das Diversas Atividades, dele passando a constar o regime do exercício da atividade de fogueiras e queimadas, independentemente da sua localização (art.ºs 63.º a 67.º).

Mais tarde, verificou-se a nível nacional a necessidade de criar e implementar um conjunto de medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), que culminou com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de junho.

O Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de junho passou a regular o uso do fogo nos espaços rurais, que incluía a atividade de queimada (art.º 20.º), queima de sobrantes e realização de fogueiras (art.º 21.º), de foguetes e outras formas de fogo (art.º 22.º). Este diploma revogou, por sua vez, o disposto no art.º 40.º do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro que dispunha sobre o exercício da atividade das queimadas (art.º 34.º).

Assim, nos espaços rurais, à exceção dos foguetes e outras armas de fogo, atividade de queimada e queima de sobrantes e realização de fogueiras, passaram a estar dependentes de autorização municipal.

No que respeita à queima de sobrantes e a realização de fogueiras, a sua autorização só poderia ocorrer fora do período crítico e desde que o índice de risco de incêndio não estivesse em níveis muito elevado e máximo (al. b) do n.º 1 do art.º 20.º e n.º 2 do art.º 21.º).

O Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de junho foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, que passou a definir as novas regras para a realização destas atividades (art.ºs 27.º a 29.º). Este diploma que foi posteriormente alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 17/2009, de 14 de janeiro, do qual consta a sua republicação.

Durante o período crítico, este diploma passou também a sujeitar a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos (n.º 2 do art.º 29.º), a um regime semelhante ao estabelecido para as atividades de queimada, queima de sobrantes e realização de fogueiras.

Todavia, com a revogação do art.º 40.º Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro e não disciplinando o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho a limpeza de terrenos localizados fora dos espaços rurais, em especial nos espaços urbanos.

Torna-se, deste modo, pertinente e necessário a elaboração de um regulamento que não só complemente o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho para o uso do fogo, mas que também estabeleça regras claras para a realização destas ações em perímetro urbano, de modo a permitir que a

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

autarquia atue de forma eficaz e adequada, seja por iniciativa própria ou particular, ultrapassando, assim, as dificuldades de atuação decorrentes do atual vazio legal e regulamentar.

De acordo com al. g) do n.º 1 do art.º 25º e al. k) do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar regulamentos dotados de eficácia externa.

Para o efeito, deverá o órgão executivo aprovar a proposta de projeto de regulamento, promovendo-se de seguida a audiência de interessados, submetendo o projeto a consulta pública, de duração não inferior a 30 dias, mediante a sua publicação na 2.ª série do diário da república e na internet, no sítio institucional do município.

A presente Nota Justificativa, é ainda fundamentada com a ponderação dos custos e benefícios das medidas projetadas (art.º 99.º do CPA).

CMS, 10 de dezembro de 2015
O Vice-Presidente
Jorge Manuel Simões Mendes

Proposta de Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos Preâmbulo

No âmbito da descentralização administrativa, o Decreto-Lei n.º 264/2002 de 15 de novembro transferiu para os municípios competências, dos então governos civis, em matéria consultiva (art.º 2.º), informativa (art.º 3.º) e de licenciamento de determinadas atividades (n.º 1 do art.º 4.º), cuja regulamentação ficou, neste último caso, dependente de diploma próprio (n.º 2 do art.º 4.º).

O regime jurídico do licenciamento destas atividades foi regulamentado pelo Decreto-Lei 310/2002 de 18 de dezembro, que passou a atribuir às câmaras municipais competência em matéria de licenciamento, nomeadamente, para realização de fogueiras (art.º 39.º) e queimadas (art.º 40.º).

Todavia, o regime do exercício destas atividades e a fixação das taxas devidas pelo seu licenciamento ficaram, por sua vez, dependentes de regulamentação municipal (art.º 53.º do referido diploma).

Daí que em 20 de junho de 2003, a câmara municipal tenha aprovado o Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das Diversas Atividades, dele passando a constar o regime do exercício da atividade de fogueiras e queimadas, independentemente da sua localização (art.ºs 63.º a 67.º).

Mais tarde, verificou-se a nível nacional a necessidade de criar e implementar um conjunto de medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SNDFCI), que culminou com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de junho.

O Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de junho passou a regular o uso do fogo nos espaços rurais, que incluía a atividade de queimada (art.º 20.º), queima de sobantes e realização de fogueiras (art.º 21.º), de foguetes e outras formas de fogo (art.º 22.º). Este diploma revogou, por sua vez, o disposto no art.º 40.º do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro que dispunha sobre o exercício da atividade das queimadas (art.º 34.º).

Assim, nos espaços rurais, à exceção dos foguetes e outras armas de fogo, atividade de queimada e queima de sobantes e realização de fogueiras, passaram a estar dependentes de autorização municipal. No que respeita à queima de sobantes e a realização de fogueiras, a sua autorização só poderia ocorrer

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

fora do período crítico e desde que o índice de risco de incêndio não estivesse em níveis muito elevado e máximo (al. b) do n.º 1 do art.º 20.º e n.º 2 do art.º 21.º).

O Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de junho foi revogado pelo Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, que passou a definir as novas regras para a realização destas atividades (art.ºs 27.º a 29.º). Este diploma que foi posteriormente alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro e 83/2014, de 23 de maio.

Durante o período crítico, este diploma passou também a sujeitar a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos (n.º 2 do art.º 29.º), a um regime semelhante ao estabelecido para as atividades de queimada, queima de sobranes e realização de fogueiras.

Todavia, com a revogação do art.º 40.º Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de dezembro e não disciplinando o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho a limpeza de terrenos localizados fora dos espaços rurais, em especial nos espaços urbanos.

Torna-se, deste modo, pertinente e necessário a elaboração de um regulamento que não só complemente o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho para o uso do fogo, mas que também estabeleça regras claras para a realização destas ações em perímetro urbano, de modo a permitir que a autarquia atue de forma eficaz e adequada, seja por iniciativa própria ou particular, ultrapassando, assim, as dificuldades de atuação decorrentes do atual vazio legal e regulamentar.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 112.º, n.º 7, e 241.º da Constituição da República Portuguesa do preceituado na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º e da alínea k) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os artigos 2.º e 53.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na atual redação, a assembleia municipal de Soure, sob proposta da câmara municipal, aprova o presente regulamento municipal para o Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos.

Capítulo I Disposições legais Artigo 1.º Lei habilitante

O presente regulamento desenvolve-se ao abrigo do determinado pelo Decreto-Lei 310/2002, de 18 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação dada pelos Decretos-Lei n.ºs 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro e 83/2014, de 23 de maio.

Artigo 2.º Objetivo e âmbito de aplicação

O presente regulamento, tem como objetivo estabelecer o regime de licenciamento de atividades, cujo exercício poderá causar risco de incêndio, em todo o território do concelho de Soure, incluindo o solo urbano.

Artigo 3.º Delegação e subdelegação de competências

As competências incluídas neste regulamento, são conferidas à câmara municipal, podendo ser delegadas no presidente de câmara, com faculdade de subdelegação nos vereadores e nos dirigentes, nos termos definidos na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Capítulo II Definições Artigo 4.º

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

Noções

1 - Sem prejuízo do disposto do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, e para efeitos do disposto no presente regulamento, entende-se por:

- a) "Artefactos pirotécnicos" - qualquer artefacto que contenha substâncias explosivas ou uma mistura explosiva de substâncias concebidas para produzir um efeito calorífico, luminoso, sonoro, gasoso ou fumígeno ou uma combinação destes efeitos, devido a reações químicas exotérmicas autossustentadas;
- b) "Balões, com mecha acesa" - invólucros construídos em papel ou outro material, que têm na sua constituição um pavio/mecha de material combustível, que ao ser iniciado e enquanto se mantiver aceso, provoca o aquecimento do ar que se encontra no interior do invólucro e consequentemente a sua ascensão na atmosfera, sendo a sua trajetória afetada pela ação do vento;
- c) "Biomassa Vegetal" - Qualquer tipo de matéria vegetal, viva ou seca, amontoada ou não;
- d) "Contra Fogo" - técnica que consiste em queimar vegetação, contra o vento, num local para onde se dirige o incêndio, destinando-se a diminuir a sua intensidade, facilitando o seu domínio e extinção;
- e) "Espaços Florestais" - os terrenos ocupados com floresta, matos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas;
- f) "Espaços Rurais" - espaços florestais e espaços agrícolas;
- g) "Espaço urbano", o que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação;
- h) "Fogo Controlado" - o uso do fogo na gestão de espaços florestais, sob condições, normas e procedimentos conducentes à satisfação de objetivos específicos e quantificáveis e que é executada sob responsabilidade de técnico credenciado;
- i) "Fogo de supressão" - o uso do fogo no âmbito da luta contra os incêndios florestais, compreendendo o fogo tático e o contrafogo;
- j) "Fogo tático" - o uso do fogo no âmbito da luta contra os incêndios florestais consistindo na ignição de um fogo ao longo de uma zona de apoio com o objetivo de reduzir a disponibilidade de combustível, e desta forma diminuir a intensidade do incêndio, terminar ou corrigir a extinção de uma zona de rescaldo de maneira a diminuir as probabilidades de reacendimentos, ou criar uma zona de segurança para a proteção de pessoas e bens;
- k) "Fogo técnico" - o uso do fogo que comporta as componentes de fogo controlado e de fogo de supressão;
- l) "Fogueira" - a combustão com chama, confinada no espaço e no tempo, para aquecimento, iluminação, confeção de alimentos, proteção e segurança, recreio e outros fins;
- m) "Foguete" - artefacto pirotécnico contendo uma composição pirotécnica e ou componentes pirotécnicos equipados com uma ou mais varas ou outros meios de estabilização de voo e concebido para ser propulsionado para o ar;
- n) "Índice de risco espacial de incêndio florestal" - a expressão numérica da probabilidade de ocorrência de incêndio;
- o) "Período crítico" - o período durante o qual vigoram medidas e ações especiais de prevenção contra incêndios florestais, por força de circunstâncias meteorológicas excecionais, sendo definido por Portaria do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- p) "Queima" - o uso do fogo para eliminar sobrantes de exploração, cortados e amontoados;
- q) "Queimadas" - o uso do fogo para renovação de pastagens e eliminação de restolho e ainda, para eliminar sobrantes de exploração cortados mas não amontoados;
- r) "Recaída incandescente" - qualquer componente ou material que incorpora um artifício pirotécnico que após lançamento deste, possa cair no solo a arder ou apresentar uma temperatura passível de iniciar a combustão de qualquer vegetação existente no solo;
- s) "Sobrantes de exploração" - o material lenhoso e outro material vegetal resultante de atividades agro-florestais.
- t) "zonas críticas" - aquelas que definidas no art.º 6.º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, que constem em carta no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

2 - Entende-se por "responsável", os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham terrenos nos espaços rurais e urbanos.

Artigo 5.º

Índice de risco temporal de incêndio florestal

1 - O índice de risco temporal de incêndio, estabelece o risco diário de ocorrência de incêndio florestal, cujos níveis são: reduzido (1); moderado (2); elevado (3); muito elevado (4) e máximo (5), conjugando a informação do índice de risco meteorológico produzido pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, com o estado de segura dos combustíveis e o histórico das ocorrências, entre outros.

2 - O índice de risco temporal de incêndio florestal, é elaborado pelo instituto de meteorologia, em articulação com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

3 - O índice de risco temporal de incêndio florestal, pode ser consultado, diariamente, no site do instituto português do mar e da atmosfera (IPMA).

CAPÍTULO III

Condições de uso do fogo

Artigo 6.º

Queimadas

1 - A realização de queimadas, definidas no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, deve obedecer às orientações emanadas pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

2 - A realização de queimadas, só é permitida após licenciamento pelo município, e na presença obrigatória de técnico credenciado em fogo controlado ou, na sua ausência, de equipa de bombeiros ou de sapadores florestais.

3 - Sem acompanhamento técnico adequado, definido no número anterior, a queima para realização de queimadas, é considerada uso de fogo intencional.

4 - A realização de queimadas, só é permitida fora do período crítico, e desde que o índice de risco temporal de incêndio, seja inferior ao nível muito elevado (4).

Artigo 7.º

Queima de sobranes e fogueiras

1 - Sem prejuízo do disposto na legislação específica, nos espaços rurais e urbanos não consolidados, durante o período crítico, não é permitido:

a) Realizar fogueiras para recreio ou lazer e para confeção de alimentos, bem como utilizar equipamentos de queima e de combustão destinados à iluminação ou à confeção de alimentos;

b) Queimar matos cortados e amontoados e qualquer tipo de sobranes de exploração.

2 - Em todos os espaços rurais e urbanos não consolidados, fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado (4) e máximo (5), mantêm-se as restrições referidas no número anterior.

3 - Nos espaços urbanos consolidados, durante todo o ano, desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado (4) e máximo (5), mantêm-se as restrições referidas no n.º 1.

4 - Excetua-se do disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2, quando em espaços não inseridos em zonas críticas, a confeção de alimentos desde que realizada nos locais expressamente previstos para o efeito, nomeadamente nos parques de lazer e recreio e outros, incluindo parques de campismo, quando devidamente infraestruturados e identificados como tal.

5 - Excetua-se do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 2, a queima de sobranes de exploração, decorrente de exigências fitossanitárias, de cumprimento obrigatório, a qual deverá ser realizada, com a presença de equipa de bombeiros ou de sapadores florestais.

6 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores e em legislação especial, é proibido acender fogueiras nas ruas, praças e demais lugares públicos das povoações, bem como a menos de 30 metros de quaisquer

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

construções e a menos de 300 metros de bosques, matas, lenhas, searas, palhas, depósitos de substâncias suscetíveis de arder e independentemente da distância, sempre que se preveja risco de incêndio muito elevado (4) e máximo (5).

7 - Pode o município licenciar as tradicionais fogueiras de Natal e dos Santos Populares, estabelecendo as condições para a sua efetivação, tendo em conta as precauções necessárias à segurança de pessoas e bens.

Artigo 8.º Fogo técnico

1 - O fogo técnico, definido no artigo 4.º, só pode ser realizado de acordo com as normas técnicas e funcionais definidas, em regulamento do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 26.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio.

2 - As ações de fogo técnico são executadas sob orientação e responsabilidade de técnico credenciado para o efeito pelo ICNF.

3 - A realização de fogo controlado pode decorrer durante o período crítico, desde que o índice de risco temporal de incêndio florestal seja inferior ao nível elevado e desde que a ação seja autorizada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC).

4 - Deverá haver plano de fogo controlado, a ser apresentado com pelo menos 20 dias úteis de antecedência, ao gabinete de proteção civil do município de Soure e ser aprovado pela comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 9.º Foguetes e outras formas de fogo

1 - Durante o período crítico, não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.

2 - Em todos os espaços rurais e urbanos, durante o período crítico, a utilização de fogo de artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita a prévia autorização municipal.

3 - Fora do período crítico, e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio florestal, de níveis muito elevado (4) e máximo (5), mantêm-se as restrições referidas nos números anteriores, só aplicável aos espaços rurais e urbanos não consolidados.

4 - O pedido de autorização mencionado no n.º 2, do presente artigo, deve ser solicitado com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

5 - Em todos os espaços rurais e urbanos, durante o período crítico, não são permitidas as ações de fumigação ou desinfestação em apiários, exceto se os fumigadores estiverem equipados com dispositivos de retenção de faúlhas.

6 - Fora do período crítico e desde que se verifique o índice de risco temporal de incêndio florestal de níveis muito elevado (4) e máximo (5), mantêm-se as restrições referidas no número anterior.

Artigo 10.º Maquinaria e Equipamento

Durante o período crítico, nos trabalhos e outras atividades que decorram em todos os espaços rurais e com eles relacionados, é obrigatório que as máquinas de combustão interna e externa a utilizar, onde se incluem todo o tipo de tratores, máquinas e veículos de transporte pesados, sejam dotadas de dispositivos de retenção de faíscas ou faúlhas e de dispositivos tapa-chamas nos tubos de escape ou chaminés; e que os tratores, máquinas e veículos de transporte pesados a utilizar, estejam equipados com um ou mais extintores de 6 kg, de acordo com a sua massa máxima, consoante esta seja inferior ou superior a 10 000 kg.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

**Artigo 11.º
Fogo de Supressão**

Em todos os espaços rurais e urbanos, é permitida a realização de fogo de supressão decorrente de ações de combate aos incêndios florestais, de acordo com a legislação em vigor.

**CAPÍTULO IV
Licenciamentos**

**Artigo 12.º
Licenciamento**

- 1 - As situações ou casos não enquadráveis na proibição de realização de fogueiras, a efetivação das tradicionais fogueiras de Natal e dos santos populares, bem como a realização de queimadas, carecem de licenciamento municipal.
- 2 - O lançamento de fogo de artifício carece de prévia autorização do município, quando lançado dentro do período crítico ou, fora deste, sempre que se verifique o índice de risco temporal de incêndio de níveis muito elevado (4) e máximo(5).
- 3 - Sem prejuízo do disposto do número anterior, o lançamento de todos os artefactos pirotécnicos e, nomeadamente, do fogo de artifício, está sujeito a licenciamento por parte da autoridade policial competente.

**Artigo 13.º
Pedido de licenciamento de fogueiras e queimadas**

- 1 - De acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 6.º e n.º 6 do art.º 7.º, do presente regulamento, o pedido de licenciamento para a realização de queimadas, é dirigido ao presidente da câmara municipal, com 10 dias úteis de antecedência, através de requerimento próprio, do qual deverá constar:
 - a) O nome, número do cartão de cidadão, número de identificação fiscal, residência do requerente e contacto telefónico;
 - b) Local da realização da queimada;
 - c) Título de propriedade do local da queimada;
 - d) Autorização do proprietário, se não for o próprio;
 - e) Data e hora proposta para a realização da queimada;
 - f) Medidas e precauções tomadas para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens.
- 2 - O pedido de licenciamento deve ser analisado pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF), no prazo de 5 dias úteis, considerando, entre outros, os seguintes elementos:
 - a) Informação meteorológica de base e previsões;
 - b) Estrutura de ocupação do solo;
 - c) Estado de secura dos combustíveis;
 - d) Localização de infraestruturas.
- 3 - O GTF, sempre que necessário, pode solicitar informações a outros serviços da autarquia ou pareceres a entidades externas.
- 4 - Da decisão final deve ser dado conhecimento à GNR.

**Artigo 14.º
Pedido de autorização prévia de lançamento de fogo-de-artifício**

- 1 - O pedido de autorização prévia para o lançamento de fogo de artifício, nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do presente regulamento, é dirigido ao presidente da câmara municipal, com, pelo menos, 15 dias de antecedência, através de requerimento próprio, do qual deverá constar:

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

- a) O nome, bilhete de identidade, n.º de identificação fiscal, residência e contacto telefónico do requerente responsável das festas ou representante da comissão de festas, quando exista;
 - b) Local, data e hora do lançamento do fogo-de-artifício;
 - c) Medidas e precauções tomadas para a salvaguarda da segurança de pessoas e bens.
- 2 - O requerimento indicado no número anterior, deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:
- a) Uma declaração da empresa pirotécnica com a quantidade de artefactos pirotécnicos bem como a descrição dos mesmos;
 - b) Os respetivos documentos do seguro, para a utilização do fogo-de-artifício ou o comprovativo do pedido dos mesmos;
 - c) Identificação dos operadores pirotécnicos, intervenientes no espetáculo, com a apresentação das respetivas credenciais;
 - d) Título de propriedade e autorização do proprietário do terreno;
- 3 - O pedido de autorização prévia deve ser analisado pelo GTF, no prazo de 5 dias úteis, considerando, entre outros, os seguintes elementos:
- a) Informação meteorológica de base e previsões;
 - b) Estrutura de ocupação do solo;
 - c) Estado de segurança dos combustíveis;
 - d) Localização de infraestruturas.
- 4 - O GTF, sempre que necessário, pode solicitar informações a outros serviços da autarquia ou pareceres a entidades externas.
- 5 - O Município de Soure, através do GTF, deve dar conhecimento à GNR para certificar a sua disponibilidade, para fiscalizarem e avaliarem a necessidade da sua presença, respetivamente.

Capítulo V

Limpeza de terrenos privados

Artigo 15.º

Limpeza de terrenos privados

- 1 - Os responsáveis, como tal definidos no n.º 2 do art.º 4, que detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são, de acordo com o n.º 2 do art.º 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, obrigados a proceder à gestão de combustíveis numa faixa de 50 m à volta daquelas edificações ou instalações, medida a partir da alvenaria exterior da edificação.
- 2 - Os responsáveis, como tal definidos no n.º 2 do art.º 4, que detenham terrenos e lotes destinados à construção, são obrigados a manter os terrenos e lotes referidos, limpos e isentos de vegetação ou outros detritos que possam de alguma forma gerar combustível, suscetível de produzir incêndios ou causar insalubridade.
- 3 - Os responsáveis, como tal definidos no n.º 2 do art.º 4, que detenham terrenos inseridos em espaço urbano, que não se enquadrem no disposto nos números anteriores, confinantes com edificações, designadamente habitações, estaleiros, armazéns, oficinas, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a manter tais terrenos limpos e isentos de vegetação ou outros detritos que possam de alguma forma potenciar o perigo de incêndio, devendo proceder à gestão de combustíveis numa faixa de 50 m à volta daquelas edificações ou instalações, medida a partir da alvenaria exterior da edificação.

Artigo 16.º

Reclamação de falta de limpeza de terrenos

- 1 - A reclamação de falta de limpeza de terrenos, é dirigida ao presidente da câmara municipal, do qual deverá constar:
- a) Identificação, contacto telefónico e morada completa do reclamante;
 - b) Identificação completa do terreno por limpar;
 - c) Descrição dos factos e motivos da reclamação;

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

d) Sempre que possível contacto telefónico e morada completa do proprietário do terreno por limpar, cópia de caderneta predial que confronte com o terreno em causa, fotografias ou outros meios complementares que permitam avaliar e identificar devidamente o risco associado.

2 - O processo de reclamação será instruído pela GTF, que, no prazo máximo de 5 dias úteis, deverá:

a) Efetuar uma vistoria ao local indicado;

b) Propor uma tomada de decisão quanto ao fundamento da reclamação, a qual deverá ser comunicada no prazo máximo de 10 dias úteis, contados após a receção da reclamação.

Artigo 17.º

Incumprimento de limpeza de terrenos

1. Em caso de incumprimento da limpeza de terrenos, os serviços do GTF ou da fiscalização elaborarão um auto de contraordenação.

2. A pessoa ou entidade responsável é notificada para proceder à limpeza do terreno, sob pena de o mesmo ser realizado coercivamente pela câmara municipal em substituição e por conta do infrator.

CAPÍTULO VI

Contraordenações, coimas e sanções acessórias

Artigo 18.º

Fiscalização

1 - Sem prejuízo da competência legalmente atribuída a outras entidades, a fiscalização do regulado pelo presente regulamento, compete ao Município de Soure, bem como às autoridades policiais competentes.

2 - As autoridades administrativas e policiais que detetem transgressões ao disposto no presente regulamento, devem elaborar os respetivos autos e remetê-los à câmara municipal, quando esta, nos termos da lei, seja a entidade competente para proceder à instrução do processo.

3 - Todas as entidades fiscalizadoras, devem prestar ao município de Soure a colaboração que lhes seja solicitada, para efeitos de controlo e monitorização da eficácia deste regulamento, tendo em conta as orientações estabelecidas no plano municipal de defesa da floresta contra incêndios.

Artigo 19.º

Contraordenações e coimas

1 - A violação do disposto no presente regulamento constitui contraordenação punível com coima, de 140 (euro) a 5.000 (euro), no caso de pessoa singular, e de 800 (euro) a 60.000 (euro), no caso de pessoas coletivas, nos termos previstos nos números seguintes.

2 - Constituem contraordenações:

a) A infração ao disposto no art.º 6.º, que é punível com coima, de valor mínimo ao definido no número anterior;

b) A infração ao disposto no art.º 7.º, que é punível com coima, num mínimo do dobro do definido no número anterior;

c) A infração ao disposto no art.º 8.º, que é punível com coima, de valor mínimo ao definido no número anterior;

d) A infração ao disposto no art.º 9.º, que é punível com coima, num mínimo do dobro do definido no número anterior;

e) A infração ao disposto no art.º 10.º, que é punível com coima, de valor mínimo ao definido no número anterior;

f) A infração ao disposto no art.º 15.º, que é punível com coima, num mínimo do triplo do definido no número anterior.

3 - Em caso de reincidência no mesmo ano, as coimas mínimas previstas no número anterior, são elevadas para o dobro aí previsto.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

4 - Em caso de reincidência em anos sucessivos, as coimas mínimas previstas no n.º 2. do presente artigo, são elevadas para o triplo aí previsto, no primeiro ano de reincidência, ao quádruplo no segundo ano de reincidência e ao quádruplo nos anos seguintes de reincidência.

5 - A resolução da medida da coima é constituída nos termos do disposto no regime geral das contraordenações, observados os números anteriores.

6 - A tentativa e a negligência são puníveis.

7 - A supressão voluntária, do incumprimento das normas do presente regulamento que deram lugar ao levantamento de auto, desde que efetuada e comunicada ao Município de Soure, até ao início do período crítico, reduz sempre a coima ao mínimo legal determinado no n.º 1 do presente artigo, sem prejuízo do determinado no n.º 4, o qual se reduz a metade.

8 - A supressão voluntária, do incumprimento das normas do presente regulamento que deram lugar ao levantamento de auto, desde que efetuada e comunicada ao Município de Soure, durante o período crítico, reduz sempre a coima ao mínimo legal determinado no n.º 1 do presente artigo, sem prejuízo do determinado nos n.ºs 3 e 4 do presente artigo.

9 - Nos casos de contraordenação sancionável com coima de valor não superior a metade dos montantes máximos previstos nos n.ºs 1 e 2 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação, é admissível em qualquer altura do processo, mas sempre antes da decisão, o pagamento voluntário da coima, a qual será liquidada pelos mínimos definidos nos números anteriores, sem prejuízo das custas que forem devidas.

10 - O pagamento voluntário da coima não exclui a possibilidade de aplicação de sanções acessórias, previstas na lei.

Artigo 20.º

Sanções acessórias

Consoante a gravidade da contraordenação e a culpa do agente, cumulativamente com as coimas previstas, podem ser aplicadas as sanções acessórias previstas na lei.

Artigo 21.º

Levantamento, instrução e decisão das contraordenações

1 - O levantamento dos autos de contraordenação previstos no presente regulamento, competem ao município, assim como às demais autoridades policiais e fiscalizadoras competentes, nos termos da lei.

2 - A instrução dos processos de contraordenação resultantes da violação do estabelecido no presente regulamento, é da competência do município de Soure.

3 - A competência para a aplicação de coimas e sanções acessórias, pertence ao presidente da câmara municipal, com competências delegadas, nessa matéria.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 22.º

Taxas

1 - Pela prática dos atos referidos no presente regulamento, bem como pela emissão das respetivas licenças, são devidas as taxas constantes na tabela que vier a ser aprovada pela câmara municipal, quando não constem já no regulamento e tabela de taxas municipais em vigor.

2 - As taxas encontram-se fundamentadas pelo regulamento e tabela de taxas administrativas e urbanísticas do Município de Soure - Regulamento e Tabela de Taxas Municipais.

Artigo 23.º

Casos omissos e integração de lacunas

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

- 1 - Aos casos não previstos no presente regulamento, aplicar-se-á, a legislação em vigor.
- 2 - No caso de existirem dúvidas de interpretação, estas serão esclarecidas por despacho do presidente da câmara municipal.

Artigo 24.º Entrada em Vigor

O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte após a sua publicação no site do município.

Artigo 25.º Norma revogatória

São revogadas todas as disposições constantes de posturas, deliberações de câmara e assembleia municipal, incluindo todos normativos regulamentares municipais, contrários ao presente regulamento.

O Senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes referiu que: “o Regulamento Municipal do Uso de Fogo e de Limpeza de Terrenos que trazemos hoje, para já e como ponto prévio, tem características diferentes dos que já aprovámos hoje. Este Regulamento implica um procedimento diferente, porquê? O artigo 100.º do CPA- Código de Procedimento Administrativo diz que os regulamentos que contenham disposições que afetem de modo direto, direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, tem que haver audiência dos interessados e se os interessados forem múltiplos pode ser por consulta pública. Daí que, ou este Regulamento tem penalizações para os limites que não cumpram com a limpeza dos terrenos como pode colidir com o interesse diretamente dos Municípios, tem um procedimento distinto e tem que passar, após esta aprovação, a uma consulta pública.

Portanto, se for aprovada esta proposta de projeto de Regulamento, irá ser publicado no site do Município e em Diário da República, está em consulta pública durante 30 dias e depois se houver alguma alteração virá de novo ao Executivo, não havendo alteração será depois submetido a aprovação da Assembleia Municipal.

Como vocês reparam na nota justificativa, houve uma sucessão de alterações legislativas que foram revogando e algumas áreas que tinham cobertura legal deixarem de o ter. Com a aprovação do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho que revogou o Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de junho, criou-se um lancil legislativo, nomeadamente na limpeza de terrenos que estavam em zona não rústica, estamos a falar de zona urbana. Se tivermos na Vila de Soure um terreno que esteja inculto e insalubre, atualmente não existe lei nem Regulamento que obrigue o proprietário a limpar. Daí que haja necessidade de regulamentar essa matéria. O Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho só regulamenta esta matéria na área rústica, na alínea urbana há vazio legal, daí que haja necessidade de implementar o Regulamento que cubra esta lacuna.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

Aproveitámos também este Regulamento para disciplinar o uso do fogo, nomeadamente das queimadas, mas ainda assim, não havia tanta urgência ou importância porque isso resulta da lei. De qualquer modo fica aqui plasmado em Regulamento essas obrigações legislativas.

O capítulo V, esse sim, é verdadeiramente inovador e vem regulamentar as lacunas e tem a ver com limpezas dos terrenos privados que passa a estar regulamentado. Sempre que haja incumprimento, sempre que haja insalubridade, o Município pode, a partir da aprovação deste Regulamento, obrigar à limpeza do terreno e, mais do que isso, em caso de incumprimento possibilita que o Município possa fazer uma intervenção direta na limpeza do terreno e possa imputar essa responsabilidade financeira ao próprio Município, portanto, ficámos com uma ferramenta essencial que agora não temos e daí a importância deste Regulamento. Numa zona rural, o Decreto-Lei 124/2006 de 28 de junho já prevê essa situação, em caso de um terreno de insalubridade numa zona rural, há diploma para isso, este Decreto-Lei obriga a que os proprietários limpem os terrenos e agora já acontece isso. Sempre que vier ao conhecimento do desleixo da limpeza de terrenos, a Câmara Municipal a única coisa que pode fazer e legislar junto do proprietário, no sentido de o sensibilizar para a limpeza, mais do que isso a Câmara não pode fazer. A partir da aprovação deste Regulamento já o podemos fazer.”

O Senhor Presidente referiu que: “ao aprovarmos hoje esta proposta de projeto de Regulamento Municipal do Uso de Fogo e de Limpeza de Terrenos, o mesmo irá para publicitação e trinta dias para discussão pública para contributos, findo os quais, voltará a este Executivo, sendo remetido depois para a Assembleia Municipal para aprovação.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Projeto de Regulamento Municipal do Uso de Fogo e de Limpeza de Terrenos e promover a audiência dos interessados, submetendo o projeto de regulamento a consulta pública mediante a sua publicação na 2.ª série do diário da república e na internet, no sítio institucional do Município. -----

- Ponto 19. ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**
 . **ÁGUA - CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE**
 . **Prolongamento de Tubagem entre o Vale Centeio e o Pombalinho**
 - **Homologação do Auto de Receção Provisória**

Foi presente a seguinte informação:

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO/ÁGUA, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
ÁGUA - CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
PROLONGAMENTO DE TUBAGEM ENTRE O VALE CENTEIO E O POMBALINHO
RECEÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de Câmara de 25.06.2015, à empresa **Pinto & Braz, Ldª**, pelo valor de **10.221,57 €**, acrescido de IVA.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respetivo auto de receção provisória, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º.)
01.12.2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do auto de receção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 20. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA
 . REPARAÇÃO/IMPERMEABILIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS
 . Reservatório Elevado do Formigal
 - Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO / ÁGUA – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
 ÁGUA
 REPARAÇÃO / IMPERMEABILIZAÇÃO DE RESERVATÓRIOS
 RESERVATÓRIO ELEVADO DO FORMIGAL
 ADJUDICAÇÃO

Por deliberação de Câmara de 23.11.2015, foi decidido recorrer à figura de **ajuste direto**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

Foi apresentada a proposta seguinte:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
CARDOSO & CARVALHÃO, LDª	24.525,50 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (24.650,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Cardoso & Carvalho, Ldª**.

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

É obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o mesmo não se encontra dispensado da redução a escrito – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos (www.base.gov.pt) – ver art. 127.º do CCP -.

Conclusão:

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **CARDOSO & CARVALHÃO, LDª**;
2. **Aprovação** da **minuta** do contrato, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 98.º do CCP;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **24.525,50 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,
O Chefe de Divisão de Obras Públicas e Municipais
(Mário Monteiro, Eng.º)
27.11.2015

Despacho:
À reunião de Câmara para ratificação.
Considerando a urgência da intervenção adjudique-se de imediato.
Soure, 27.11.2015
O Presidente da Câmara Municipal,
(Mário Jorge Nunes)

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----

Ponto 21. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS . FATA CIS 2015 - Relatório da Associação Empresarial Soure (AES)

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
MERCADOS E FEIRAS
FATA CIS 2015
- RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL SOURE (AES)**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

A Associação Empresarial de Soure (AES) vem apresentar o Relatório e Contas da Edição deste ano da FATA CIS.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

A organização deste evento, por parte da AES, foi efetuada ao abrigo do nº 2 do artigo 3º. do Regulamento publicado no D.R., 2.ª Série, de 13 de julho de 2015, que prevê “A organização destes dois eventos (Festas e Feira de São Mateus e FATACIS), em conjunto ou em separado, será realizada de forma direta pela Câmara Municipal ou por outra entidade do Concelho de Soure, mediante Protocolo aprovado em reunião daquele Órgão Executivo”.

Assim, por Protocolo, aprovado na reunião do Executivo Municipal de 28.08.2015, a Organização da FATACIS / 2015 foi atribuída à AES, estipulando o n.º 12 da Cláusula Quarta do aludido protocolo, que constitui obrigação da AES a apresentação de um relatório final sobre o evento e as respetivas contas.

Face ao atrás exposto, sugere-se que:

O Executivo Municipal aprecie o Relatório e Contas apresentado pela Associação Empresarial de Soure, relativamente à organização da FATACIS 2015.

À Consideração Superior,
O Adjunto do Presidente,
(Gil Soares, Dr.)
09-12-2015

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 22. RECURSOS HUMANOS

- . Estágios
- . Curso Curricular - Técnico de Multimédia
- Agrupamento de Escolas Martinho Árias – Soure

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: Estágio Curricular – Técnico de Multimédia
Agrupamento de Escolas Martinho Árias – Soure

De acordo, com o assunto em epígrafe, cumpre-nos informar:

O **Agrupamento de Escolas Martinho Árias** solicitou a este Município a integração de três formandos num **estágio curricular**, na área de **multimédia**, com a duração de 600 horas, a decorrer no período entre **22 de Fevereiro a 12 de Junho de 2016**.

Os estágios em causa **não acarretarão qualquer tipo de encargos para o Município**, sendo **totalmente suportados pelo Agrupamento de Escolas Martinho Árias**.

Este processo deverá ser **formalizado através de protocolo** com o **Agrupamento de Escolas Martinho Árias**, após deferimento do pedido.

Nestes termos, somos da opinião que **o estágio poderá ser concedido**, promovendo-se desta forma o ensino qualificado dos jovens dentro das suas áreas, **dando-lhes a possibilidade de manterem um contacto direto com a realidade do Município**, preparando-os assim, a nível profissional, para a entrada no mercado de trabalho.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

À Consideração Superior,
A Técnica Superior,
(Carla Madeira, Dr^a)
26.11.2015

Foi tomado conhecimento. -----

**Ponto 23. PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (P.A.E.L.) - (PROGRAMA II)
- Acompanhamento Trimestral**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) – PROGRAMA II
▪ **ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL**

O Município de Soure celebrou, em 16/11/2012, com o Estado Português, no âmbito do **PAEL – Programa II**, um contrato de empréstimo até ao montante de **1.695.316,00€**, para pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direcção-Geral das Autarquias Locais à data de 31/03/2012.

Em 06/02/2013 e 02/07/2013, o Município recebeu a 1.ª e 2.ª tranches, no valor de 1.186.721,20€ e 508.594,80€, respetivamente.

Nos termos da alínea a) do n.º 1 da Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto, deve o acompanhamento do Programa ser efetuado “pela Assembleia Municipal, trimestralmente e através de informação prestada pela Câmara Municipal, que integra obrigatoriamente a avaliação do grau de execução dos objetivos previstos no Plano” de Ajustamento Financeiro.

Desta forma, verifica-se que a evolução registada dos pagamentos em atraso, com mais de 90 dias, é a seguinte:

(1) Pagamentos em Atraso, a 31/03/2012	3.103.779,43€
(2) Pagamentos em Atraso, a 31/12/2012	2.456.489,35€
(3) Pagamentos em Atraso, a 31/12/2013	457.029,81€
(4) Pagamentos em Atraso, a 31/12/2014	190.875,23€
(5) Pagamentos em Atraso, a 30/09/2015	4.537,17€
- Redução (5) – (2)	
* Empréstimo do PAEL	-1.695.316,00€
* Recursos da Autarquia	<u>-756.636,18€</u>
	-2.451.952,18€

Em suma, entre 31/03/2012 e 31/12/2012, ainda sem recurso ao PAEL, o Município de Soure **reduziu** o valor dos pagamentos em atraso, em **647.290,08€**.

Entre 31/12/2012 e 30/09/2015, houve uma **redução** no montante de **2.451.952,18€**, sendo que 1.695.316,00€ foram provenientes do empréstimo do PAEL, e 756.636,18€ de recursos próprios da Autarquia.

**23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015**

Relativamente às medidas propostas no Plano de Ajustamento Financeiro, avaliou-se o grau de execução dos objetivos a 31/12/2014, o qual consta no anexo I.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
07/12/2015

ANEXO I

~ GRAU DE EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO A 31.12.2014 ~

MEDIDA	OBJECTIVO	EXECUÇÃO
Diminuição da despesa em “horas extraordinárias” e “ajudas de custo”	Diminuição de, sensivelmente, 20.000€ em 2012 e anos seguintes, face a 2011	Execução Orçamental 2011: 167.813,76€ Execução Orçamental 2014: 96.689,56€ Variação -71.124,20€
Diminuição da despesa com seguros de acidentes de trabalho	Diminuição de, sensivelmente, 25.000€ em 2012 e anos seguintes, face a 2011	Execução Orçamental 2011: 54.719,80€ Execução Orçamental 2014: 35.610,08€ Variação -19.109,72€
Diminuição da despesa com transferências correntes, nomeadamente, Apoios ao Desporto	Diminuição de, sensivelmente, 25.000€ em 2012 e anos seguintes, face a 2011	Apoios Aprovados para 2011: 179.750,00€ Apoios Aprovados para 2014: 149.675,00€ Variação -30.075,00€

Foi tomado conhecimento. -----

**Ponto 24. EDUCAÇÃO/ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
- Projetos Escolares/Outros Apoios**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: EDUCAÇÃO/ ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
- PROJETOS ESCOLARES/ OUTROS APOIOS**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informe-se que:

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

Considerando o pedido efetuado pelo Núcleo de Escalada do Agrupamento de Escolas Martinho Árias para a realização de uma prova do Circuito Nacional de Escalada de Bloco, a realizar em Soure nos dias 19 e 20 de dezembro de 2015, e tendo em conta que uma das premissas do Município de Soure consiste em “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças” (lei n.º75/2013, art.º 33, n.º 1, alínea u), sugerimos que se atribua um apoio extraordinário, no valor de 20% dos custos previstos (em anexo), isto é, de 240€, conforme previsto em Plano e Orçamento.

À consideração superior,
A Coordenadora dos Serviços Educativos
(Sofia Valente, Dra.)
10-12-2015

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio extraordinário no valor de 240,00€, nos termos do artigo 33.º, do n.º 1 da alínea u), da lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

Ponto 25. AÇÃO SOCIAL

- PROGRAMA ESCOLHAS - 6.ª GERAÇÃO

25.1. Candidaturas - Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

. Projeto “Desafiar o Futuro”

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: AÇÃO SOCIAL

. PROGRAMA ESCOLHAS – 6.ª Geração

- CANDIDATURA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E SOCIAL DE SAMUEL

. PROJETO «DESAFIAR O FUTURO»

Relativamente ao assunto em epígrafe, e na sequência do despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 27 de novembro de 2015, informamos:

O Programa Escolhas visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socio-económicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Este Programa estrutura-se em cinco áreas estratégicas:

- Educação e Formação;
- Empregabilidade e Emprego;
- Participação, Direitos e Deveres Cívicos e Comunitários;
- Inclusão Digital;
- Capacitação e Empreendedorismo.

No âmbito do Regulamento do Programa Escolhas, criado pelo Despacho Normativo n.º 19-A de 2015, de 12 de outubro, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, podem candidatar-se,

23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de dezembro de 2015

com caráter prioritário, as seguintes Instituições: Câmaras Municipais e/ou Juntas de Freguesia, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Escolas e Agrupamentos de Escolas, Forças e Serviços de Segurança, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Empresas Privadas.

O Regulamento define que os Projetos devem ser apresentados por **Consórcio de Instituições**, havendo uma Instituição Promotora e Instituições Parceiras, sendo que o Consórcio terá de prever um número mínimo de quatro Instituições, e será formalizado através da celebração de um **Acordo de Consórcio**.

De acordo com o n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento qualquer uma das Instituições do Consórcio pode desempenhar as **funções de gestão** do conjunto das atividades financiadas, **com exceção das Instituições de natureza pública ou as Instituições nas quais a Administração Pública Central, Regional ou Local tenha alguma participação no respetivo capital social, assim como as Fundações e/ou Entidades de natureza fundacional**.

A Candidatura será apresentada em formulário próprio até 30 de novembro, sendo elementos obrigatórios a constar da Candidatura os previstos no n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento, designadamente o Acordo de Consórcio. Para além dos elementos obrigatórios, atrás referidos, a Candidatura deverá ser acompanhada de cópia do **Parecer do Conselho Local de Ação Social (CLAS) ou tal não sendo possível até ao dia 11 de dezembro de 2015**.

Os objetivos e pressupostos refletidos neste Programa vão ao encontro dos Instrumentos de Planeamento da Rede Social do Concelho de Soure, designadamente o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social 2015 – 2018.

Na sequência das instruções dadas por Vossa Ex.^a, o Gabinete de Ação Social e Saúde contactou várias Instituições, consideradas elegíveis para efeitos da Candidatura, designadamente, todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Concelho, constatando-se que só a Santa Casa da Misericórdia de Soure manifestou interesse neste Programa.

No passado dia 26 de novembro de 2015, o Município de Soure recebeu um pedido de Parceria, da Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel, dado que esta IPSS pretende submeter a Candidatura ao Programa Escolhas.

O Projeto da ACRS de Samuel intitulado «Desafiar o Futuro» tem como objetivo agir junto de jovens em desocupação, incluindo os Jovens que não estão a trabalhar nem a estudar ou a frequentar qualquer tipo de formação (NEET), com comportamentos desviantes, promovendo a participação cívica, social e comunitária, bem como desenvolver competências pessoais e sociais.

Face ao exposto, propomos que a Câmara Municipal aprecie:

1 – A proposta de participação do Município de Soure no **Consórcio de Instituições** solicitado pela Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel, e por outras Instituições da Rede Social, visando a apresentação de uma Candidatura ao Programa Escolhas;

2- A Minuta do Acordo de Consórcio que formaliza a Parceria.

À consideração superior,
A Coordenadora do Gabinete de Ação Social e Saúde,
(Cristina Marta, Dra.)
2015.11.28

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

DESPACHO:

À Reunião de Câmara para ratificação.

Soure, 10/12/2015

O Presidente da Câmara

(Mário Jorge Nunes)

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----

**25.2. Candidaturas - Agrupamento de Escolas
. Projeto “Novos Futuros - E6G”**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **AÇÃO SOCIAL**

. **PROGRAMA ESCOLHAS – 6.ª Geração**

. **CANDIDATURA - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARTINHO ÁRIAS DE SOURE**

. **PROJETO «NOVOS FUTUROS - E6G»**

Relativamente ao assunto em epígrafe, informamos:

O Programa Escolhas visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socio-económicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

Este Programa estrutura-se em cinco áreas estratégicas:

- Educação e Formação;
- Empregabilidade e Emprego;
- Participação, Direitos e Deveres Cívicos e Comunitários;
- Inclusão Digital;
- Capacitação e Empreendedorismo.

No âmbito do Regulamento do Programa Escolhas, criado pelo Despacho Normativo n.º 19-A de 2015, de 12 de outubro, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, podem candidatar-se, com carácter prioritário, as seguintes Instituições: Câmaras Municipais e/ou Juntas de Freguesia, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Escolas e Agrupamentos de Escolas, Forças e Serviços de Segurança, Instituições Particulares de Solidariedade Social e Empresas Privadas.

O Regulamento define que os Projetos devem ser apresentados por **Consórcio de Instituições**, havendo uma Instituição Promotora e Instituições Parceiras, sendo que o Consórcio terá de prever um número mínimo de quatro Instituições, e será formalizado através da celebração de um **Acordo de Consórcio**.

De acordo com o n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento qualquer uma das Instituições do Consórcio pode desempenhar as **funções de gestão** do conjunto das atividades financiadas, **com exceção das Instituições de natureza pública ou as Instituições nas quais a Administração Pública Central, Regional ou Local tenha alguma participação no respetivo capital social, assim como as Fundações e/ou Entidades de natureza fundacional**.

***23.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de dezembro de 2015***

A Candidatura será apresentada em formulário próprio até 30 de novembro, sendo elementos obrigatórios a constar da Candidatura os previstos no n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento, designadamente o Acordo de Consórcio. Para além dos elementos obrigatórios, atrás referidos, a Candidatura deverá ser acompanhada de cópia do **Parecer do Conselho Local de Ação Social (CLAS) ou tal não sendo possível até ao dia 11 de dezembro de 2015.**

Os objetivos e pressupostos refletidos neste Programa vão ao encontro dos Instrumentos de Planeamento da Rede Social do Concelho de Soure, designadamente o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social 2015 – 2018.

Na sequência das instruções dadas por Vossa Ex.ª, o Gabinete de Ação Social e Saúde contactou várias Instituições, consideradas elegíveis para efeitos da Candidatura, designadamente, todas as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Concelho, constatando-se que só a Santa Casa da Misericórdia de Soure manifestou interesse neste Programa.

No dia 30 de novembro de 2015, o Município de Soure recebeu um pedido de Parceria, do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure, dado que esta Instituição pretende submeter a Candidatura ao Programa Escolhas.

O projeto do Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure - «Novos Futuros - E6G», tem como objetivo central a diminuição dos comportamentos desviantes dos jovens, com idades compreendidas entre os 13 e 18 anos, e para o atingir prevê-se a diminuição das participações disciplinares, a redução dos casos de retenção no 3.º CEB e secundário e a inclusão de jovens em atividades saudáveis de ocupação de tempos livres. Engloba as medidas I, III e IV, contribuindo para a inclusão escolar e educação não formal, a participação e cidadania e a inclusão digital dos participantes diretos e indiretos do projeto, tendo anualmente 55 jovens como participantes diretos e mais de 200 participantes indiretos onde se incluem outros jovens, famílias dos participantes diretos e pessoal educativo.

Face ao exposto, propomos que a Câmara Municipal aprecie:

1 – A proposta de participação do Município de Soure no **Consórcio de Instituições** solicitado pelo Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure, e por outras Instituições da Rede Social, visando a apresentação de uma Candidatura ao Programa Escolhas;

2- A Minuta do Acordo de Consórcio que formaliza a Parceria.

À consideração superior,
A Coordenadora do Gabinete de Ação Social e Saúde,
(Cristina Marta, Dra.)
2015.11.30

DESPACHO:
À Reunião de Câmara para ratificação.
Soure, 10/12/2015
O Presidente da Câmara
(Mário Jorge Nunes)

Deliberado, por unanimidade, ratificar o Despacho do Senhor Presidente. -----